



Índice

- 01 Cimi repudia declarações da ministra Kátia Abreu
- 02 Nota sobre a sentença judicial que nega a condição de indígenas ao povo Borari e Arapium
- 03 Indígenas Sofrem Crimes Contra Humanidade Na Fronteira Com A Venezuela
- 04 Os índios estão de pé!
- 05 Pesquisadora resgata história de quilombo dizimado por suços
- 06 Ministro defende a Demarcação da TI Tupinambá
- 07 Cacique Raoni pede a governador de MT mais respeito aos povos indígenas
- 08 Indígenas estão pessimista no segundo mandato da Presidenta Dilma
- 09 Awá-guajás estabelecem contato com índios isolados
- 10 Kátia Abreu, agora como ministra da Agricultura do governo Dilma, ataca os direitos indígenas e a reforma agrária!
- 11 Manifesto do Povo Apinajé, contra o desmatamento do cerrado e o plantio de eucaliptos
- 12 Ibama intensifica combate aos crimes ambientais que ameaçam terras indígenas de Mato Grosso
- 13 Projeto Ibaorebu, Povo Munduruku: valorizando a cultura, afirmando a identidade e fortalecendo a autonomia na defesa dos direitos



- 14** Indígena conquista vaga para tiro com arco nas Olimpíadas
- 15** Curitiba ganha casa de apoio a índios
- 16** Incêndio na comunidade Murumuru destrói grande área de açaizal
- 17** Protocolo comunitário das Raizeiras do Cerrado e Luceny Moraes Pio
- 18** Governo do Mato Grosso do Sul inicia estratégia para acabar com conflito indígena no Estado
- 19** "PEC das Terras Indígenas" voltará a ser debatida em fevereiro
- 20** Nota Pública: Acusado pelo assassinato de quilombola no MA tem rondado a comunidade do Charco
- 21** Índio que disputou o Brasileiro garante vaga na seleção de tiro com arco
- 22** Agricultura familiar vende mais de 7 mil toneladas em produtos
- 23** Comunidades de Rondônia serão beneficiadas com água potável
- 24** Incêndios criminosos impedem regeneração florestal na Terra Indígena Marãiwatsédé (MT)
- 25** Um belo fecho de ano para o Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. Ele é parte do processo de reconhecimento do 'Quilombo Dezidério'
- 26** Aldeia que disputa comando tem a terceira morte em menos de 30 dias em MS



Cimi repudia declarações da ministra Kátia Abreu

SÍTIO CIMI, 05.01.2015

O Conselho Indigenista Missionário manifesta um veemente repúdio às declarações que a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu (PMDB-TO) deu em entrevista publicada neste dia 05 de janeiro de 2015 no Jornal Folha de S. Paulo.

A ministra mais uma vez defende a Proposta de Emenda Constitucional 215/00 e tenta deslegitimar o direito dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais arguindo a tese absurda de que "os índios saíram da floresta e passaram a descer nas áreas de produção". Uma afirmação tão descabida e desconectada da realidade do nosso país só pode ser fruto de uma total ignorância e de uma profunda má fé. Quem realmente conhece a história de nosso país sabe que não são os povos indígenas que saíram ou saem das florestas. São os agentes do latifúndio, do ruralismo, do agronegócio que invadem e derrubam as florestas, expulsam e assassinam as populações que nela vivem.

A "rainha da motosserra", como a ministra da Agricultura também é conhecida, passa inclusive por ridícula ao negar o direito dos povos lembrando que "o Brasil inteiro era deles". Não é digno de quem foi chamada a ser ministra de Estado do Brasil propagar a ideia caricata de que os povos indígenas estariam reivindicando "o Brasil inteiro". A Constituição Federal de 1988 garante o direito dos povos indígenas sobreviventes dos seculares massacres às terras tradicionalmente habitadas por eles, como garantia para a sua sobrevivência física e cultural. É no mínimo uma atitude esdrúxula de quem mal assumiu o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento vir a público com insinuações desrespeitosas à Lei Suprema do País. Não satisfeita em atacar, bem no início do "novo" governo Dilma, os povos indígenas, a representante do latifúndio tenta ainda pôr uma "pá de cal" sobre o inexistente processo de reforma agrária no Brasil e esgrime descaradamente a tese de que no Brasil não existiria mais latifúndio.

Com essa entrevista a ministra Kátia Abreu, além de revelar prepotência e cinismo, demonstra claramente que está no governo Dilma para pisotear os direitos daqueles que lutam pela distribuição equânime da terra, pelos direitos dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, camponeses e pelo meio ambiente. A ministra confessa sem meias palavras que assumiu sua pasta para defender o latifúndio e os privilégios que o governo tem concedido ao agronegócio.

A presidente Dilma Rousseff não se deixou impressionar pelas manifestações contrárias de amplos setores da sociedade brasileira à nomeação de Kátia Abreu, inimiga declarada dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, camponeses e do meio ambiente. Com a entrevista ficou evidente que as preocupações e os temores destes setores com o novo governo Dilma são legítimos e justificáveis.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/2015

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

O latifúndio, o ruralismo e o agronegócio não têm limites. Diante de tamanha insensatez e insensibilidade, não resta outra alternativa aos povos senão dar continuidade ao processo de articulação, mobilização e luta em defesa de suas terras e de suas vidas.

Brasília, DF, 05 de janeiro de 2015.

Dom Erwin Kräutler
Bispo do Xingu e Presidente do Cimi

Emília Altini
Vice-Presidente do Cimi

Cleber César Buzatto
Secretário Executivo do Cimi



Nota sobre a sentença judicial que nega a condição de indígenas ao povo Borari e Arapium

SÍTIO CEDEFES, 05.01.2015

A (IN)JUSTIÇA E OS POVOS INDÍGENAS NO OESTE DO PARÁ: Nota sobre a sentença judicial que nega a condição de indígenas ao povo Borari e Arapium

No dia 26 de novembro de 2014, o juiz Airton Portela, da Justiça Federal de Santarém, estado do Pará, determinou que o relatório produzido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 2011, que identifica e delimita a Terra Indígena Maró, onde vivem indígenas Borari e Arapium, não tem validade jurídica e que a FUNAI deve se abster de qualquer procedimento demarcatório em relação a essa TI. Em um acinte aos direitos estabelecidos na Convenção OIT nº 169 em relação à autoconsciência das identidades indígenas ou tribais, assim como aos propósitos de uma antropologia séria e criteriosa, o Juiz sentenciou não existir na área pretendida populações indígenas "distintas do restante da sociedade amazônica e brasileira" (p. 103).

Ao longo de 106 laudas, os argumentos que procuram sustentar essa sentença demonstram não só um total desconhecimento dos processos históricos e culturais que se sucederam na região do baixo rio Tapajós ao longo dos séculos, desde o início da colonização, como também se constitui uma afronta ao rigor científico antropológico necessário à compreensão da formação das identidades étnicas. A isso, soma-se uma parcialidade flagrante, que omite o conjunto de interesses econômicos que recaem sobre a terra dos indígenas, compostos por madeireiras, mineradoras, ou do agronegócio, os quais dão suporte às essas ações judiciais contra a sua demarcação.

A sentença é o resultado da Ação movida por sete associações comunitárias que se dizem contrárias ao reconhecimento da Terra Indígena Maró, e solicitam a nulidade do processo administrativo para sua demarcação, argumentando inexistência de vínculo étnico dos indígenas com a etnia Borari ou o povo Tapajó. Apoiando estas associações está a Associação das Comunidades Unidas dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Maró (Acutarm), ligada a empresários madeireiros, contratante de um contra laudo ao da FUNAI, o qual foi elaborado por Edward Luz, desfilado da ABA e desqualificado como antropólogo em 2013, por sua postura antiética e por proferir declarações equivocadas e reducionistas, inteiramente desprovidas de rigor e embasamento científico. Embora esse contra laudo não seja citado no documento da sentença do Juiz, Edward Luz gabou-se em sua conta no Twitter de que "todas, todas as teses q defendi foram sustentadas e defendidas pelo Juiz Portela!!"

Com argumentos sobre "originalidade, permanência e tradicionalidade" para sentenciar que os habitantes da TI Maró não seriam "indígenas", mas "populações tradicionais ribeirinhas", o juiz Portela busca sustentar sua determinação apresentando uma parcialidade incompatível

CONT.



com o exercício da sua função jurídica. Nela o Juiz não chegou sequer a ouvir os indígenas habitantes da TI Maró, porém, apresenta sucessivos depoimentos (ditos serem obtidos “sob compromisso legal”) de pessoas declaradamente em conflito com o reconhecimento dos direitos étnicos e territoriais dos indígenas, e que procuram deslegitimar suas reivindicações identitárias como artificialidades criadas externamente, afirmando que são “índios falsos”. Com esses depoimentos o Juiz pretendia demonstrar que não bastava “reconhecer-se” como indígena, mas “ser reconhecido” enquanto tal. Contudo, enquanto argumentos contrários aos indígenas são repetidos a exaustão, nenhum indígena da TI Maró foi ouvido, ou mesmo vizinhos com os quais não estivessem em conflito direto.

Do mesmo modo, nenhum dos estudos sérios sobre as emergências étnicas no baixo rio Tapajós, conduzidos por profissionais antropólogos com profundas e substantivas pesquisas junto a esses grupos, foram tomados para compreender o fenômeno em sua positividade. Quando usados, foram omitidas suas teses ou deturpadas as suas interpretações, de tal modo que consubstanciasse a linha argumentativa de que os “indígenas não existiam”.

Neste sentido, para elaboração da sentença lança mão de várias estratégias, principalmente de sucessivas colagens de partes de textos de diversos trabalhos antropológicos que reconhecem essas identidades indígenas, as quais foram arroladas de forma descontextualizada, mudando o sentido das suas argumentações originais; e em muitas delas chegando a acrescentar afirmações que inexistem nos textos, que são apresentadas de forma dúbia, com aspas mal situadas, fazendo parecer ser do antropólogo citado.

Se tivesse tomado com seriedade esses estudos, conduzidos por meio de longas e sólidas pesquisas de campo, teria o Juiz entendido que o movimento de emergência étnica que se processa na região é sim também uma reação à imposição de identidades genéricas como de “caboclo”, “ribeirinho”, ou de “população tradicional” que foi gerada no contexto das reservas ambientais, cujas definições são fundamentalmente baseadas em critérios ecológicos e não socioculturais, e que recaem em reducionismos raciais simplificadores de diversidades que seriam mais bem compreendidas em termos de territorialidades específicas.

Reagem, pois sabem que a imposição de tais identidades, assim como faz o senhor juiz Portela ao sentenciar que as pessoas da TI Maró não são “indígenas”, mas “populações tradicionais ribeirinhas”, tem como desígnio tácito o não reconhecimento de vínculos maiores e mais sólidos que estas populações possam ter com a terra ou com uma organização sociocultural mais complexa, e assim infirmar seus direitos territoriais.

Não tem sido apenas para permanecer em seus territórios que estas comunidades indígenas têm se engajado em várias formas de luta nas últimas décadas, mas também para exercer um modo particular de vida que herdaram de seus antepassados e procuram dar continuidade, não obstante as várias situações históricas que enfrentaram desde que a colonização se iniciou no século XVI, e que significaram assaltos contínuos aos modos de vida dos indígenas, às suas cosmologias, aos seus territórios, e às suas identidades étnicas. Quem conhece com profundidade a história e os grupos indígenas no baixo rio Tapajós sabe bem que a sentença do juiz Portela não foi a primeira a decretar a “inexistência dos indígenas” na região. Ela faz

CONT.



parte de estratégias maiores, que se sucedem no tempo, para invisibilizar e proscrever a existência e os modos de organização étnicas e culturais, atribuindo-lhes formas de identificação que subtraem vínculos territoriais e socioculturais, como “caboclo”, “ribeirinho”, etc.

Ao reafirmar na atualidade antigas referências culturais e pertencimentos étnicos os indígenas estão reagindo contra a mais recente e forte onda de forças econômicas que se estende pela região, representadas por empresas madeireiras, mineradoras e do agronegócio (especialmente para o cultivo da soja), que buscam não apenas proletarizar a mão de obra dessas populações, mas também a apropriação de seus territórios.

A tradicionalidade dos modos de vida dos indígenas de Maró está precisamente na reação que empreendem a essas forças econômicas que sucessivamente e tacitamente investem para desqualificar e denegar seus preceitos socioculturais, seus modos de ocupação da terra e de reconhecimento étnico.

Nesta direção, a linha argumentativa da sentença do Juiz demonstra ainda profundo desconhecimento das problemáticas antropológicas, não obstante sentencie sobre elas, assim como evidencia não saber distinguir os fenômenos sociais estudados pela antropologia das teorias que são aplicadas para analisá-los. Deste modo, arvora explicar os processos de etnogêneses como se fossem movimentos impulsionados pelas teorias antropológicas que os interpretam, às quais atribuiu um caráter de militância e conspiração política, promovida por uma suposta “linha radical da antropologia” de um suposto “grupo de Barbados”.

Se talvez mais ponderado em seu ímpeto de comprovar uma má preconcebida inexistência de indígenas na TI Maró, o senhor Juiz tivesse lido com a atenção devida o texto de Miguel Bartolomé, que cita várias vezes (de forma descontextualizada, omitindo as teses que realmente defende), teria ele entendido que as etnogêneses são constitutivas do próprio processo histórico da humanidade, e não apenas uma evidência contemporânea, ou de que ocorreria apenas na região do baixo Tapajós.

São exatamente essas capacidades de auto-reconstrução e de reelaboração étnica e cultural que asseguraram a continuidade das sociedades indígenas no presente, apesar do intenso e atroz contato estabelecido pelo colonizador. Capacidade, alias, manifesta em todas as sociedades que se recuperam depois de sofrerem profundos abalos em suas formas de organização sociopolíticas e culturais, sejam eles causados por intervenções econômicas, por guerras, doenças, ou acidentes naturais.

É próprio das dinâmicas socioculturais as suas sucessivas reelaborações e ressignificações culturais ao longo do tempo, e esses processos podem e são antropológicamente bem compreendidos, desde que fortemente embasados em sólido e consistente arcabouço teórico-conceitual, e em substantiva pesquisa de campo e documental. Mais do que tudo, é preciso rigor metodológico que assegure clareza de compreensão tanto em relação às motivações e estratégias internas aos grupos, como aos diversos interesses que inevitavelmente se revelam frente aos processos de reelaboração étnica e cultural.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/2015

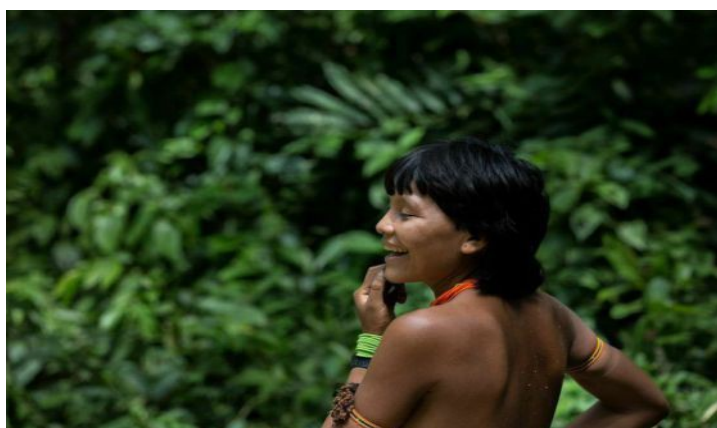
Brasília, 07 de janeiro de 2014.

Talvez desnecessário ressaltar que tais preocupações teórico-metodológicas se fazem ausentes na forma como a sentença sobre os indígenas da TI Maró em seu movimento de reafirmação étnica foi elaborada pelo juiz Portela, que de forma previamente tendenciosa faz uso descontextualizado de partes de textos antropológicos, aos quais chegam a ser acrescentadas frases que divergem da tese dos seus autores, para corroborar —forçada e artificialmente— sobre a inexistência de “indígenas verdadeiros”. Trata-se de um exemplo lapidar de uso nocivo do exercício da antropologia, assim como da prática jurídica, que distância direito de justiça, para fazer valer os interesses de forças econômicas que recentemente se instalaram da região do baixo Tapajós, e que têm se lançado com voracidade sobre os territórios indígenas.

Comissão de Assuntos Indígenas-CAI
Associação Brasileira de Antropologia-ABA

Fonte: Comissão de Assuntos Indígenas-CAI Associação Brasileira de Antropologia-ABA

Indígenas Sofrem Crimes Contra Humanidade Na Fronteira Com A Venezuela
SÍTIO JORNAL DE HUMAITÁ, 05.01.2015



Mulher Yanomami dentro da terra indígena em Roraima. / Alex Almeida

Em Matéria publicada pelo Jornal El País indígenas da etnia Yanomami esta sendo exterminados por garimpeiros ilegais na Amazônia brasileira, mais precisamente na fronteira do Amazonas, Roraima e Venezuela. A notícia chocou o mundo inteiro, principalmente as ONGs. Abaixo veja matéria na integra.

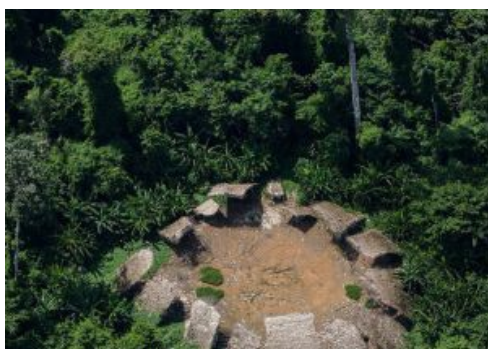
A Corrida Pelo Ouro Ameaça Os Yanomami Da Amazônia Brasileira

Um monomotor com dois funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) sobrevoa a Terra Indígena Yanomami em meio à mata fechada da Amazônia brasileira quando passa pela casa coletiva dos Moxihatetea, um grupo de índios que vivem isolados. Na maloca circular entreaberta já foram contadas até 80 pessoas, que são monitoradas à distância desde os anos 70 pelo órgão. No entanto, durante o sobrevoo do último dia 18, nenhum deles estava lá. Era a segunda vez em um período de um mês que ninguém era visto.

Os funcionários não sabem o que pode ter acontecido com o grupo, que por opção não mantém contato nem mesmo com os Yanomami de aldeias mais próximas. Mas temem que eles possam ter sido dizimados. A menos de 30 quilômetros dali, uma clareira na mata denunciava os motivos da suspeita: dois homens usavam uma mangueira com jato de alta pressão contra um barranco. Garimpavam ouro. "Há a possibilidade de os índios que vivem aí há décadas terem fugido. Mas nossa maior preocupação é que eles tenham sido dizimados pela ação dos garimpeiros", afirma João Catalano, coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana da Funai, que coordenou o voo de fiscalização da área indígena acompanhado pelo EL PAÍS. "Agora teremos que planejar uma expedição até a maloca para tentar descobrir algo."

CONT.

A preocupação do coordenador é que a terra Yanomami esteja perto de presenciar uma nova tragédia que poderia vitimar muitos índios. Isso porque o garimpo, que pela violência ou pelas doenças levou à morte centenas de indígenas antes da demarcação da área, no início dos anos 90, voltou com força àquela região da Amazônia, denunciaram os índios e a Funai.



Maloca dos Moxihatetea, índios isolados que eram monitorados de longe desde a década de 70 pela Funai e sumiram. / Alex Almeida

No sobrevoo acompanhado pelo EL PAÍS, Catalano procurava novos focos da ação de garimpeiros. Em três horas, achou dez: oito balsas usadas para retirar ouro do fundo dos rios e dois gigantescos garimpos na mata, além de três pistas de pouso clandestinas, curtas e perigosas. Todos os locais foram georeferenciados para que a equipe possa chegar de barco, o único meio de transporte disponível. Naquele ponto, a viagem deve demorar até quatro dias desde Boa Vista. "O ideal seria termos um helicóptero para descermos no lugar", diz Catalano.

No início de dezembro, uma operação por barco que durou 10 dias conseguiu flagrar 38 balsas e deter 98 garimpeiros não muito longe dali. Segundo a Polícia Federal, para onde eles foram levados e liberados após prestarem depoimento, cada balsa retirava até três quilos de ouro por mês. Na cotação do último 23 de dezembro, o grama do ouro era vendido a 101 reais. Assim, as 38 balsas juntas faturavam 11,5 milhões de reais mensais (303.000 reais cada).

A Funai estima, com base em relatos dos índios e nos sobrevoos, que ao menos 3.000 garimpeiros estejam agindo no momento dentro da terra Yanomami, uma área de 9,6 milhões hectares (mais do que toda Portugal), que compõe a maior terra indígena do país, onde existem 300 aldeias e 25.000 índios que falam cinco línguas diferentes.

O tamanho é um dos fatores que dificultam a fiscalização, mas a ação dos órgãos de vigilância do Governo também não tem sido muito efetiva. A Primeira Brigada de Infantaria de Selva, órgão do Exército que atua com 3.123 homens em Roraima, fez apenas duas operações contra os garimpeiros neste ano acompanhados da Funai. A Polícia Federal, que tem o poder para prender os garimpeiros em flagrante, diz que realiza ações de inteligência: investiga os facilitadores e receptadores do bando, o que de fato levou à denúncia de 38 pessoas neste ano pelo Ministério Público Federal (elas respondem em liberdade). Resta à Funai, com apenas 18 servidores, um baixo orçamento e sem veículos eficazes, o flagrante dos criminosos.

Nos últimos três anos, o órgão fez 28 operações de combate aos garimpeiros, flagrando 2.000 pessoas em 200 balsas nos rios. Mas o trabalho, que atrai pessoas de diversos Estados e de outros países, não cessa. "Prender garimpeiro é como enxugar gelo. Prende-se dez agora e depois terão mais dez para fazer o mesmo tipo de serviço. A gente precisa fazer uma investigação mais inteligente, ao lado de uma fiscalização maior do Estado", afirma Fabio Brito, procurador de defesa do Meio Ambiente.

CONT.



A Funai possui hoje duas bases de vigilância em pontos estratégicos da terra indígena desativada. Segundo o coordenador Catalano faltam recursos para mantê-las. Restam outras duas ativas, para os 9,6 milhões hectares. Uma delas, visitada pelo EL PAÍS, fica a 14 quilômetros dos isolados Moxihatetea (e a 44 quilômetros da área de garimpo que os ameaça). O local funciona com um único funcionário, Antônio de Oliveira Souza, de 56 anos, que já chegou a ficar ali, sozinho, por 45 dias seguidos. Atualmente, dois Yanomami o acompanham. "Não temos porte de arma, nem colete balístico. Corremos o risco de sermos atacados por onças, garimpeiros e até pelos próprios isolados que não sabem que estamos aqui para protegê-los. Se desativarmos essa base, os garimpeiros tomam conta", diz ele.

Em busca do Eldorado

Nesse miolo da Amazônia fica uma das áreas mais ricas em ouro do Brasil, acredita Crisnel Francisco Ramalho, de 67 anos, presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Roraima. "O Eldorado está lá", defende ele. A ação do garimpo é tão importante no Estado que na praça principal da capital Boa Vista há uma estátua de homenagem ao garimpeiro –que foi alvo de polêmica neste mês, quando o coordenador da Funai sugeriu sua derrubada; um deputado fez uma nota de repúdio às declarações defendendo que o monumento é um "símbolo do trabalhador". Mas não existe hoje em Roraima nenhuma licença para a extração de ouro, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Portanto, ninguém que garimpe ouro hoje no Estado o faz legalmente.

O crescimento dos garimpeiros na área Yanomami já tem tido efeitos drásticos em algumas dessas aldeias. Na maloca Papiú, às margens do rio Couto Magalhães, um dos preferidos pelos garimpeiros desde os anos 80, há relatos de índios aliciados. "Alguns ajudam em troca de rede, de dinheiro", conta o agente de saúde Arokona Yanomami. Outro índio afirma que o pagamento para levar grupos de garimpeiros pela mata fechada chega a 7.000 reais.

MAIS INFORMAÇÕES

No início deste ano, durante uma operação da Funai que destruiu 20 balsas perto da Papiú, um Yanomami da aldeia que ajudava a equipe do Governo acabou morto por dois índios armados da Venezuela, país que faz fronteira com a área. A aldeia os acusa de agirem a mando dos garimpeiros, por vingança, e planeja revidar –já tentaram localizar os venezuelanos por seis vezes, mas ainda não tiveram sucesso. "Há a possibilidade de um conflito interétnico", lamenta Catalano.

Quando em 1987 houve uma invasão súbita de garimpeiros na região, cerca de 20.000 dos 40.000 trabalhadores se concentraram no entorno da Papiú. Metade dos índios doentes atendidos na Casa do Índio de Boa Vista com malária em 1989 eram dessa região. Também saltaram os registros de pneumonia, tuberculose e de doenças sexualmente transmissíveis. Em 1991, quando o então presidente Fernando Collor de Mello decidiu expulsar os garimpeiros da Amazônia para demarcar a área no ano seguinte, após pressões internacionais às vésperas da ECO 92, as mulheres da aldeia fizeram um ritual: queimaram todas as saias que passaram a

CONT.

usar depois do contato com os brancos do garimpo. Muitas as tinham recebido em troca de sexo. As peças haviam se tornado o símbolo dos males que aquela interação representou para o povo.

No dia do sobrevoo de monitoramento, quando o EL PAÍS esteve na aldeia com a Funai, uma menina de 12 anos chamou a atenção. Era a única de um grupo de aproximadamente 15 mulheres que cobria o corpo. Usava um sutiã de algodão e renda preto e uma saia curta colorida. Arokona, com a anuência da avó da menina, contou que ela foi levada por um Yanomami aliciado até a área onde os garimpeiros estão. Lá, teve relações sexuais com os homens brancos. Estava com outras duas meninas da mesma idade. Ao levantarmos voo, foi possível ver a clareira do garimpo bem perto dali.

Davi Kopenawa Contra A 'Xawara'



Foto: Alex Almeida

Na semana passada, dentro da grande maloca circular da aldeia Demini, na fronteira entre Roraima e Amazonas, um xamã circulava aos gritos outro Yanomami deitado em uma rede. O índio estava doente, havia sido impregnado pela xawara. Perto da cena, o cacique Davi Kopenawa explicava que a xawara era o sinônimo de epidemia, da doença trazida pelo homem branco ao começar a desenterrar pedras preciosas da profundidade da terra. "O sol bate nas pedras e libera a xawara, que bate no peito do céu e gruda na sombra do Yanomami."

O contato de Davi com a xawara é antigo. A primeira vez que ele soube da existência dos homens brancos foi quando uma comissão do Governo que buscava demarcar os limites do Brasil com a Venezuela chegou à aldeia Toototobi. Ele não sabe quando foi (provavelmente na década de 40), mas se lembra que era muito pequeno. Os Yanomami ajudaram os homens, carregando mercadorias morro acima. Depois apareceu a doença, uma grande epidemia de gripe, e ninguém os ajudou. "Nós Yanomami somos muito fracos e a epidemia era muito forte". Cerca de 1.000 pessoas morreram, acredita ele. Uma década depois, chegaram alguns evangélicos na aldeia. Estavam com sarampo, que se espalhou levando umas 200 pessoas, incluindo a mãe de Davi.

Na década de 70, militares apareceram naquela região da Amazônia para abrir uma estrada, a Perimetral Norte. "Eram 60 pessoas, derrubaram a floresta, passaram com tratores, caminhão e trouxeram outra epidemia de sarampo", conta Davi. Mais 500 Yanomami morreram no contato.

Não demorou muito para que surgissem novos invasores. Em 1976, perto do rio Couto Magalhães, onde fica a aldeia Papiú, homens da Funai e garimpeiros chegaram para pesquisar

CONT.

onde havia ouro. Com as portas abertas pelo próprio Governo, garimpeiros invadiram a área em meados nos anos 80. Chegaram a 40.000. "Mais de 2.000 Yanomami morreram de malária, de arma de fogo." Os homens se espalharam por toda a região, até chegarem na área onde Davi havia passado a morar, a aldeia Demini. "Demorou muito para recebermos ajuda", relembra ele, que ao lado da Comissão para a Criação do Parque Yanomami começou uma campanha pela demarcação da área e pela expulsão dos garimpeiros. A tragédia chegou à ONU –que concedeu a ele em 1991 o prêmio Global 500, passo importante para que ele começasse a ser ouvido no exterior.

"Quando fui falar na ONU, tinha um monte de gente, então pedi ajuda para expulsar o garimpeiro", conta Davi, orgulhoso. A partir daí houve uma pressão para que o Governo Collor fizesse a demarcação da terra, o que aconteceu em 1992. "Começaram a expulsar os garimpeiros, a botar fogo nas balsas, dinamitaram 132 pistas clandestinas na terra Yanomami."

Agora os garimpeiros estão de volta. "O governo brasileiro não dá apoio. A Funai não tem dinheiro suficiente para fazer vigilância. Ninguém vigia a terra Yanomami. Por isso os garimpeiros entram", lamenta. No final do primeiro semestre deste ano, ele fez um documento denunciando a situação e acabou ameaçado de morte. Desde então, saiu uma única vez da aldeia, quando foi para a Festa Literária de Paraty, em agosto, para anunciar o lançamento de A queda do céu, o livro que escreveu com a ajuda do antropólogo francês Bruce Albert e que será publicado em abril de 2015 pela Companhia das Letras, após fazer sucesso na França, onde foi editado antes. Aproveitou para denunciar que estava sendo perseguido. A Polícia Federal diz que aumentou a vigilância em torno da Hatukara Associação Yanomami, ONG que ele dirige em Boa Vista onde dois pistoleiros estiveram à procura dele. "Não sou criminoso, não estou roubando. Tenho o direito de proteger meu povo, minha cultura."

Crisnel Em Busca Do Eldorado



Foto: Alex Almeida

Crisnel Francisco Ramalho, de 67 anos, preside um sindicato que, em tese, não reúne trabalhadores da área. Como não há nenhum garimpo legal em Roraima, nenhum dos cerca de 1.000 associados do Sindicato dos Garimpeiros de Roraima pode atuar como garimpeiro, ao menos no Estado. Mas isso não impede que ele batalhe pelo direito deles ou que use o cargo para pedir a criação de um projeto legal de extração do Eldorado que ele diz existir no solo da terra Yanomami.

"O garimpo é uma atividade como qualquer outra, para sobrevivência. Não sou contra o garimpeiro estar trabalhando ilegal, não, por que ele está trabalhando pela sobrevivência dele. Se eu não tivesse condições hoje, estaria lá também", afirma ele, que atualmente está aposentado das atividades.

CONT.



Crisnel começou no garimpo em dezembro de 1979, quando ouviu no Pará, onde vivia, que havia um garimpo em Roraima que dava ouro em abundância. Chegou com 82 garimpeiros, numa área que hoje é dos Yanomami. Também passou um tempo em garimpos da Guiana Inglesa, fazendo viagens pela mata por trilhas que duravam três dias. Em 1983, foi para um garimpo a 200 quilômetros de Boa Vista, que demorava 11 dias para chegar a pé. "Começamos a descobrir o Eldorado, o potencial de ouro da região, era uma época em que não se falava em demarcação indígena. Tinha ouro de 18 a 22 quilates, o de melhor qualidade. Por lá tem ouro em abundância nos rios."

Refém de uma sinusite, ele afirma que nunca trabalhou em balsas de mergulho nos rios, apenas em solo. Descer para o fundo da água, onde garimpeiros ficam submersos por até quatro horas com um tanque de oxigênio improvisado, poderia deixá-lo surdo. "Não existe nenhum treinamento para fazer esse trabalho. Um vai ensinando o outro. Há muitos casos de gente que morreu fazendo isso. Balsa é o tipo de garimpo mais arriscado, funciona 24 horas, não para", conta ele. "Os garimpeiros se arriscam a ser presos, a ficar no prejuízo, a pegar malária, dengue, a ser furado por arraia no rio, enfrentam cobras venenosas." Mas a dificuldade compensa financeiramente, conta. "Tem balsa que consegue tirar de cinco a seis quilos de ouro por semana". Grande parte do dinheiro, entretanto, não fica com os garimpeiros: 70% vai para o dono do garimpo (as pessoas que investem mais de 100.000 reais para construir as balsas ilegais nos rios); os outros 30% são divididos por todos os sócios do barranco ou da balsa (como são chamados os que garimpam).

Ele viveu a época do auge do garimpo na região, quando mais de 40.000 trabalhadores vasculhavam a Amazônia em busca de ouro. "Havia mais de 400 voos diários para o garimpo", conta. E também estava presente quando os homens do Exército chegaram para expulsar todos, meses antes da demarcação. "Teve muita matança de garimpeiro. Resolvi sair porque não queria arriscar a perder minha vida". Foi quando voltou de vez para Boa Vista e resolveu formar o sindicato. Entre as funções da entidade, está prover ajuda jurídica para quem é flagrado garimpando no Estado. Ele afirma, entretanto, que há muito tempo não realiza essa função, pois, garante, os associados hoje preferem trabalhar em áreas da Venezuela, Suriname e Guiana Francesa. "Hoje não há garimpo legal em Roraima. Mas o potencial do ouro do Estado está na reserva indígena. O Eldorado está lá."

Fonte: El Pais



Os índios estão de pé!
SÍTIO CIMI, 05.01.2015

Por Elaine Tavares

A nova ministra da Agricultura, Kátia Abreu, que é representante máxima do agronegócio no Brasil, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo disse, reportando-se a uma pergunta sobre os conflitos fundiários com os indígenas brasileiros, que isso só tem acontecido porque os "índios saíram da floresta e passaram a descer nas áreas de produção".

Essa frase singela mostra o quanto a fazendeira desconhece a história do país da qual hoje está ministra. Para Kátia, lugar de índio parece ser apenas a profundidade da floresta amazônica, reforçando assim o estereótipo do "selvagem" que, ou se integra no mundo branco como base da pirâmide, ou que fique "no seu lugar", que é, obviamente, o recôndito da selva. Nada poderia ser mais patético, embora outra coisa não se pudesse esperar de alguém que certamente apenas conhece as fronteiras do seu latifúndio e o dos seus iguais.

Os indígenas brasileiros não são exclusividade da floresta amazônica, embora aquela região abrigue a maior parte das etnias. Eles estão em todos os estados do país, em regiões que em nada pode lembrar a "floresta". Ocupam áreas - muitas delas ainda não demarcadas - que muito mais parecem prisões insalubres do que território digno de vida. Raros são os grupos que já conseguiram demarcar territórios capazes de conter toda sua cosmovisão e de garantir o livre acesso a sua cultura. Outros tantos aguardam nas margens das rodovias, morrendo como moscas, que o governo demarque as terras que lhes são de direito.

Os indígenas brasileiros ocupam a imensidão do que hoje é o Brasil muito antes que os mais remotos ascendentes de Kátia Abreu tivessem aberto seus olhos para o mundo e, quando aqui chegaram os invasores portugueses roubando-lhes as terras, eles circulavam livremente pelo território que, então, tinha as fronteiras étnicas muito bem demarcadas. Logo, não são eles que estão "descendo para as áreas de produção", como entende a ministra, com sua mente de colonizadora do século XVI. É o contrário. São os grandes e médios fazendeiros que estão cada dia mais invadindo as terras indígenas, com o discurso de "garantir o aumento da produção agrícola". Um discurso furado também, porque os grandes latifúndios não produzem comida. Produzem grãos para alimentar gado nos Estados Unidos, ou cana para girar a indústria do biocombustível.

Também é importante dizer que ao longo de cinco séculos, enquanto os invasores assentavam suas bases, esses povos vêm lutando para garantir sua existência. Muitas etnias foram dizimadas mas ainda restam outras tantas que, atualmente, vivem um crescendo, retomando seu território e reavivando sua cultura. Para os fazendeiros que Kátia Abreu representa, essas população são, de fato, um atrapalho, e nem mesmo seu grito mais doloroso - como foi o caso

CONT.



dos Guarani Kaiwá, do Mato Grosso do Sul - encontra eco em suas mentes. Essa comunidade chegou a decidir imolar-se em uma luta sem quartel por suas terras e ainda assim segue sem a definição de seu território. No entender dos grandes proprietários de terra da região, bem melhor que morram, para que o estado fique livre do "obstáculo".

O que choca não é a opinião de uma mulher que, todos sabem, representa o latifúndio. Seria estranho se ela não pensasse assim. O que realmente nos atinge, de maneira cabal, é o fato de que esse pensamento expressado por ela encontra morada no coração e nas mentes de um número gigantesco de brasileiros, tomados pelo preconceito e pelas ideias racistas. Índio bom é o que fica na floresta, o que aguenta sua desdita em silêncio, o que não incomoda. Já aqueles que clamam por justiça, que enfrentam o latifúndio, que exigem do governo o seu território, esses são vagabundos, bêbados, terroristas, ou seja lá mais o que for de ruim e perverso. A ministra não está sozinha no seu discurso egocêntrico e racista. Isso é o que choca.

Tanto a mídia comercial, como os livros de história e as conversas em família - os longos braços da ideologia colonialista e racista - aprofundam todos os dias esse sentimento de rechaço pela luta indígena. Fazem parecer que toda a cosmovisão originária, de cuidado com o ambiente, de relações equilibradas com a natureza, de colaboração e equidade, seja uma coisa atrasada, anti-progressista, ligada a um remoto passado que nunca mais vai voltar. Exigem que os indígenas se "integrem" na civilização branca, mas, quando eles o fazem, são discriminados. Bem como se desejam ficar nos seus territórios originais, são tachados de anti-históricos. Exigem dos índios a sua desapareição, não querem se ver matizados com o que consideram uma "raça inferior".

O bom é que o atual movimento indígena brasileiro está cada dia mais forte. Tem lideranças jovens, aguerridas e persistentes. Uma gente que não se rende aos estereótipos e não faz concessões. Essas comunidades que o "mundo da produção" está invadindo, estão de pé e lutam. Saberão responder à altura toda a ignorância que insiste em se disseminar em declarações como essa, vindas da boca de uma ministra de estado. Os índios não estão descendo para as áreas de produção. Estão subindo as rampas dos palácios, entrando nas terras que lhes pertencem, exigindo seus direitos. E, a despeito de todos os que insistem em lhes esconder nas "florestas", eles assomam, coloridos, alegres e guerreiros, na direção da terra sem males.

Eko porã!



Pesquisadora resgata história de quilombo dizimado por suíços
SÍTIO CEDEFES, 05.01.2015

Pesquisadora resgata história de quilombo dizimado por suíços em Casimiro de Abreu

A existência de um bairro chamado Quilombo, mas povoado por brancos de aspecto e hábitos europeus, sempre intrigou tanto Renata Lima que ela levou o assunto para a faculdade de História e transformou a localidade de Casimiro de Abreu em objeto de estudo. O assunto foi tema de seu trabalho de conclusão de curso durante a graduação, mas a pesquisa continuou no mestrado, defendido na UFF há um ano. Em um trabalho minucioso, que agora dará origem a um livro, ela descobriu que a área fora cedida pelo imperador Dom Pedro II a imigrantes suíços, que dizimaram os quilombolas e seus descendentes.

Nos períodos mais populosos, o Quilombo chegou a ter cerca de três mil moradores. A localização do bairro, afastado da sede do município, e o bom solo, tornaram-no uma área destinada à produção agrícola. Renata lamenta que a influência da cultura africana seja tão desconhecida pela população da cidade. Na pesquisa, ela encontrou um documento em que descendentes dos imigrantes propõem medidas para minimizar a importância da influência africana na constituição do município. De acordo com a estudiosa, os primeiros conflitos entre quilombolas e suíços datam de 1823:

— Os suíços dizimaram famílias inteiras de africanos. Encontrei até um mapa revelando que os europeus queriam transformar o distrito onde está o Quilombo em Nova Suíça, negando por completo o papel dos escravos e de seus descendentes em nossa sociedade.

Os poucos descendentes de quilombolas vivos ainda sofrem com as lembranças. O aposentado Alci Silva tem, pelas contas da própria família, 103 anos. Ele nasceu e cresceu no Quilombo, de onde, ao lado dos outros últimos sete moradores, foi expulso. Mas, antes de fazer as malas, conquistou o coração de uma filha de suíços, com quem teve três filhos. Lúcido, atualmente ele mora a 40 minutos do bairro, ao qual preferiu não retornar para não sofrer.

— A terra era muito boa para o plantio de trigo e de aipim. Trabalhávamos duro, mas era bom viver lá. Não tenho ressentimentos, apenas saudade — garante.

Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/pesquisadora-resgata-historia-de-quilombo-dizimado-por-suicos-em-casimiro-de-abreu-14688152#ixzz3NyHSb3SP>

© 1996 - 2015. Todos direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.

Fonte: <http://oglobo.globo.com/>



Ministro defende a Demarcação da TI Tupinambá
SÍTIO CEDEFES, 05.01.2015

O novo ministro da Defesa, Jaques Wagner, defende a demarcação de área indígena na Bahia

Ex-governador da Bahia, cargo que ocupou até essa quarta-feira (31), o novo ministro da Defesa, Jaques Wagner, defendeu hoje (2) a demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença como forma de amenizar a tensão entre não índios do sul da Bahia e as comunidades indígenas que exigem a demarcação do território que dizem ter pertencido a seus antepassados.

“No sul da Bahia, o caso ganhou transtornos complicados porque o Ministério da Justiça ainda não registrou sua posição. Não quero dizer que fulano ou sicrano tem culpa – até porque, tenho sempre trabalhado em sinergia com o ministro José Eduardo Cardozo e com a Funai [Fundação Nacional do Índio]. Mas, em política, a pior decisão é a que não se toma”, declarou Wagner durante a cerimônia de transmissão de cargo, realizada pela manhã, em Brasília.

A área que os índios reivindicam mede 47.376 hectares (1 hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial) e abrange parte do território das cidades de Buerarema, Ilhéus e Una. Reivindicada pelos índios há décadas, foi identificada e delimitada pela Funai em 2009. Para a conclusão do processo demarcatório, o Ministério da Justiça precisa expedir a portaria declaratória, reconhecendo a área como território tradicional indígena. Por fim, é necessário que a Presidência da República homologue a decisão.

“É preciso que saia uma demarcação. E quem se sentir desconfortável irá à Justiça. Não tendo uma decisão, a tensão tem aumentado, pois as pessoas não sabem quais seus direitos”, acrescentou o ministro, referindo-se à ocupação de fazendas pelos índios e aos confrontos registrados com maior intensidade entre o final de 2013 e o primeiro semestre de 2014. Na época, a pedido de Wagner, então à frente do Poder Executivo baiano, o Ministério da Justiça enviou para a região integrantes da Força Nacional de Segurança Pública a fim de reforçar a segurança em cidades com Buerarema.



Cacique Raoni pede a governador de MT mais respeito aos povos indígenas
SÍTIO CEDEFES, 05.01.2015

Líder indígena participou de solenidade de posse de Pedro Taques em MT. Raoni é reconhecido internacionalmente por luta em prol dos povos indígenas.

O cacique Raoni Metuktire, líder da etnia caiapó, cobrou do novo governador de Mato Grosso Pedro Taques (PDT) mais respeito aos povos indígenas, principalmente quanto à saúde e ao meio ambiente. Raoni participou na manhã desta quinta-feira (1º) de uma das cerimônias de posse de Taques como chefe do poder Executivo estadual, no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá.

Raoni ressaltou, no entanto, que Pedro Taques foi o primeiro governador a convidar uma liderança indígena para a posse em Mato Grosso. Autoridades e familiares também participam do ato de transmissão de cargo, que sucedeu a posse, realizada minutos antes na Assembleia Legislativa na capital do estado.

O líder indígena é reconhecido internacionalmente pela luta que articula pelos povos indígenas. Em 1989, ele teve um encontro histórico com o cantor Sting durante o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira (PA). Os dois se reencontraram em 2009 na cidade de São Paulo para conversar sobre a construção da Usina de Belo Monte. Em novembro de 2012, Raoni foi recebido pelo presidente da França, François Hollande, no Palácio do Eliseu. Na ocasião, o cacique pedia a preservação da Amazônia e dos povos que vivem na região.

Durante a cerimônia no Centro de Eventos, Raoni foi convidado por Taques para discursar no palco, com auxílio de seu tradutor. Ele avisou que manterá o diálogo com o governo estadual na tentativa de assegurar os direitos dos povos indígenas que vivem em Mato Grosso. Entre esses direitos, Raoni mencionou o meio ambiente protegido e o "ar puro".

O cacique também convidou Taques para conhecer sua comunidade e pediu ajuda para barrar, no Congresso, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de número 215, que altera o rito para aprovação e demarcação de terras indígenas.

Fonte: <http://g1.globo.com>



Indígenas estão pessimista no segundo mandato da Presidenta Dilma
SÍTIO CEDEFES, 05.01.2015

A causa indígena foi um assunto praticamente ignorado pelos governos petistas na presidência. Essa é a avaliação de movimentos sociais ligados aos índios entrevistados pela RFI. Esses grupos temem que o assunto seja esquecido de vez no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff.

A causa indígena foi um assunto praticamente ignorado pelos governos petistas na presidência. Essa é a avaliação de movimentos sociais ligados aos índios entrevistados pela RFI. Esses grupos temem que o assunto seja esquecido de vez no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff.

Do ponto de vista de setores de defesa da causa indígena, o ano de 2015 não se mostra nada promissor. O final de 2014 foi bastante tenso em torno da votação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 215 que acabou não acontecendo para frustração da bancada ruralista. Os defensores da causa indígena respiram aliviados, mas sabem que os parlamentares ligados ao agronegócio, cada vez mais numerosos e poderosos no Congresso, vão recarregar as munições para o segundo mandato de Dilma Rousseff.

A famigerada PEC 2015 propõe que a competência da União na demarcação das terras indígenas passe para o Congresso Nacional. "Algo como dar à raposa a guarda do galinheiro", segundo o colunista Rui Daher, de Carta Capital. A proposta retira da Funai (Fundação Nacional do Índio) a prerrogativa de pedir ao Executivo a demarcação de terras, que passaria às mãos dos parlamentares e seus interesses.

Lúcia Helena Rangel é antropóloga, professora da PUC-SP e assessora do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), faz um balanço do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. "Nesse período do primeiro governo da presidente, tivemos um retrocesso em relação à questão indígena. Muitos povos ficaram sem assistência. Houve um hiato no atendimento. (...) Povos que estavam relativamente estáveis em termos de saúde, como os ianomâmis, pioraram porque a terra voltou a ser invadida por garimpeiros ilegais", avaliou.

Para a antropóloga, os governos petistas tiveram problemas para lidar com a questão indígena por causa das alianças políticas que tiveram que ser feitas para que o partido se mantivesse no poder.

Movimentos indígenas estarão atentos ao segundo mandato de Dilma

O sociólogo e professor da rede pública Emerson Guarani Nandevé acha que o segundo mandato de Dilma vai ter muitos embates políticos. Ele também alerta que os movimentos indígenas estão alertas e cada vez mais mobilizados.

CONT.



“O primeiro mandato da presidente Dilma deixou muito a desejar. O seu mandato foi o que teve o menor número de demarcação de terras [para os índios]. A questão da política indigenista andou para trás. Nós, dos povos indígenas, estamos muito atentos. Nesse momento, são as grandes empresas do agronegócio que estão sendo favorecidas”, avaliou representante dos Guarani Nandeva. “Se estava ruim, vai piorar”, conclui de forma pessimista Emerson Guarani Nandeva.

Fonte: <http://www.portugues.rfi.fr/brasil/20150101-grupos-indigenas-estao-pessimistas-com-segundo-mandado-d>



Awá-guajás estabelecem contato com índios isolados

SÍTIO CEDEFES, 05.01.2015

Awá-guajás estabelecem contato com índios isolados de reserva maranhense

Após décadas resistindo ao contato com outras pessoas, inclusive de sua própria etnia, três índios awá-guajás que viviam isolados no interior da Terra Indígena Caru, na região oeste do Maranhão, aceitaram a aproximação de outros awá-guajás e seguiram com eles até aldeias onde vivem índios há tempos habituados ao contato com não índios.

Segundo o coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Maranhão, Daniel Cunha de Carvalho, trata-se de duas mulheres e de um adolescente da mesma família (mãe, filho e avó) que moravam sozinhos. No domingo (28), índios da aldeia avistaram a família enquanto procuravam alimentos nas proximidades da Aldeia Tiracambu. As circunstâncias do encontro ainda não estão claras, mas é possível que ao aceitarem a aproximação do grupo, as duas mulheres tenham identificado algum laço de parentesco com eles, aceitando, assim, acompanhá-los até a aldeia.

O fato é tão incomum que a Funai interrompeu as férias do responsável pela Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém-Contatados, Carlos Travassos, para que ele viajasse de Brasília para o Maranhão. Uma servidora da coordenadoria regional da fundação, que também estava de férias, teve que voltar ao trabalho e foi enviada à reserva indígena na segunda-feira (29) a fim de verificar a situação da jovem.

“Isso é um fato raro, já que há várias décadas esses grupos que vivem isolados têm resistido a fazer contato até mesmo com outros awás-guajás. Inicialmente, chegamos a imaginar que pudesse ter acontecido algo grave – como um problema de saúde ou reflexo da presença de madeireiros que atuam ilegalmente na terra indígena – e que se tratasse de uma tentativa de pedir ajuda”, disse Travassos.

De acordo com Carvalho, as duas mulheres e o adolescente passam bem. A Funai acionou o plano de contingência e pôs em prática as medidas necessárias à proteção dos índios isolados – suscetíveis a contrair alguma eventual doença contra a qual não tenham proteção imunológica. O coordenador garante que uma equipe da Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, também já foi deslocada para o local.

Habituada aos costumes dos awá-guajás, com quem trabalha há quase 25 anos, a missionária do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Rosana de Jesus Diniz disse ter ficado “muito surpresa” com o fato. Segundo ela, há tempos os índios das aldeias relatam encontrar vestígios da presença dos grupos isolados. Esta, no entanto, é a segunda vez em ao menos uma década que um contato entre grupos foi estabelecido espontaneamente.

O outro caso ocorreu há aproximadamente dez anos, quando awá-guajás de uma aldeia da

CONT.



Terra Indígena Awá encontraram mulher e filho, hoje um adolescente, sozinhos em uma espécie de cabana. Os dois hoje vivem na aldeia, mas, segundo Rosana, a mulher se mantém arredia e de pouca conversa.

Daniel e Rosana acreditam que a curiosidade natural dos awá-guajás não explicaria que qualquer índio isolado deixasse sua comunidade e se aproximasse sozinho de outro grupo. Para ambos, a degradação florestal causada pela ação de madeireiros e a consequente desorganização da coesão interna dos agrupamentos indígenas podem ajudar a entender o desfecho do encontro do dia 28.

“Até hoje, todos os contatos entre grupos se estabeleceram em virtude da destruição do território pela ação de não índios”, ressaltou Rosana. “Toda a região vem sofrendo com o desmatamento. Como, culturalmente, cada grupo awá-guajá delimita seu território de caça e coleta, a pressão que a presença de madeireiros e o desmatamento exerce pode estar contribuindo para que os grupos isolados percam a referência territorial e, sem outros meios de sobreviver, se aproximem cada vez mais uns dos outros e de grupos aldeados”, completou o coordenador regional da Funai.

O Estado brasileiro reconhece as terras indígenas awá-guajás há décadas. Mesmo assim, a extração ilegal de madeira continua e é objeto constante das denúncias de organizações ambientalistas e indigenistas e pelo Ministério Público (MP). Em janeiro, a pedido do MP, a Justiça Federal condenou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Funai e a União a instalarem postos de fiscalização para impedir a extração ilegal de madeira no interior das três terras indígenas existentes na região (Alto Turiacu, Awá-Guajá e Caru). O juiz chegou a estabelecer prazo de 120 dias para que os órgãos públicos federais comprovassem ter adotado as necessárias medidas para garantir a efetiva proteção das áreas. Segundo o MP, as determinações não foram cumpridas.

Das três reservas indígenas, a Caru é a mais desprotegida. Em razão disso, é a que mais tem atraído madeireiros. Ela foi reconhecida pela Funai em 1980, a partir do desmembramento da Reserva Florestal do Gurupi, que deu origem também à Terra Indígena Alto Turiacu. Interligadas, as duas reservas (Caru e Turiacu) formam, junto com a Terra Indígena Awá, homologada pelo governo federal em 2005, um complexo de áreas indígenas ocupadas principalmente pelos awas-guajás, mas também por índios ka’apor e guajajara.

Fonte: FUNAI



Kátia Abreu, agora como ministra da Agricultura do governo Dilma, ataca os direitos indígenas e a reforma agrária!

SÍTIO CIMI, 06.01.2015

A senadora Kátia Abreu, nova ministra da Agricultura, Abastecimento e Pecuária, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo teve a desfaçatez de dizer que não existe mais latifúndio no Brasil e que os conflitos fundiários com indígenas ocorreram porque "eles saíram da floresta e passaram a descer nas áreas de produção". A ministra também atacou a Funai, órgão indigenista do governo, e o Decreto 1775/96 que regulamenta o procedimento de demarcação de terras, o qual considera "inconstitucional, unilateral, ditatorial, louco, maluco". Com esse pronunciamento ela não apenas anuncia quem serão seus interlocutores no ministério, como também declara seu desconhecimento sobre a história indígena brasileira.

Apesar de todas as manifestações contrárias à indicação da senadora do Tocantins e presidente da CNA - Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária - ao Ministério da Agricultura, a presidente Dilma, a nomeou e garantiu a ela um cargo estratégico. Analistas políticos e os próprios políticos dirão que algumas nomeações são para assegurar a "governabilidade". No entanto, é inadmissível que uma ministra recém-nomeada, conceda uma entrevista e fale de grupos sociais e da realidade brasileira como se estivesse na cozinha da sede de uma de suas fazendas ou em um dos latifúndios que a ministra alega não existir mais no Brasil.

Ocupando o cargo de ministra da Agricultura, Kátia Abreu deveria, no mínimo, tomar conhecimento dos dados estatísticos oficiais, tais como os do Censo Agropecuário do IBGE, no qual se demonstra (já em 2006) haver concentração de 228,5 milhões de hectares de terras improdutivas nas mãos de cerca de 70 mil pessoas, sendo que o território nacional total é de 851 milhões de hectares. O Censo indica ainda que 43% das propriedades rurais têm mais de 1.000 hectares de terras; cinco milhões de estabelecimentos rurais detêm mais de 360 milhões de hectares.

Os povos indígenas são referidos de modo pejorativo e estereotipado pela nova ministra. A jornalista Elaine Tavares, em seu artigo "Os índios estão de pé", afirma de modo enfático que "...a fazendeira desconhece a história do país da qual hoje está ministra. Para Kátia, lugar de índio parece ser apenas a profundidade da floresta amazônica, reforçando assim o estereótipo do "selvagem" que, ou se integra no mundo branco como base da pirâmide, ou que fique "no seu lugar", que é, obviamente, o recôndito da selva. Nada poderia ser mais patético, embora outra coisa não se pudesse esperar de alguém que certamente apenas conhece as fronteiras do seu latifúndio e o dos seus iguais. Eles os indígenas estão em todos os estados do país, em regiões que em nada pode lembrar a "floresta". Ocupam áreas - muitas delas ainda não demarcadas - que muito mais parecem prisões insalubres do que território digno de vida. Raros são os grupos que já conseguiram demarcar territórios capazes de conter toda sua cosmovisão e de garantir o livre acesso a sua cultura. Outros tantos aguardam nas margens das rodovias, morrendo como moscas, que o governo demarque as terras que lhes são de direito".

CONT.



E, em sintonia com os setores que representa, a ministra não esconde seu descontentamento em relação aos direitos indígenas, consagrados na Constituição Federal. Aliás, seu histórico como parlamentar vinculada ao Estado do Tocantins demonstra que Kátia Abreu empreendeu uma verdadeira luta contra ideais de uma sociedade mais justa e democrática, na qual sejam reconhecidos e respeitados os direitos sociais, individuais e coletivos. A atuação desta, como parlamentar, esteve pautada na negação sistemática das premissas constitucionais que, para os setores econômicos que ela representa, são considerados indesejáveis, pouco lucrativos, anti-progressistas. As palavras e ações da então senadora mobilizaram uma verdadeira cruzada contra os direitos dos povos indígenas, quilombolas e contra os direitos humanos de todas as lideranças que lutam pela demarcação de terras e pela reforma agrária. Era de se esperar, então, que na condição de ministra, ela fosse porta-voz da ideologia dominante e das demandas de setores da extrema direita.

As declarações da nova ministra da Agricultura são, na verdade, deboches às mulheres e homens que doaram suas vidas por justiça no campo. São deboches aos movimentos sociais, especialmente ao MST. São deboches aos povos indígenas, historicamente desprezados, discriminados e marginalizados pelos poderes públicos. São deboches a história do Brasil e aos movimentos de resistência ao autoritarismo. São deboches às comunidades quilombolas, às comunidades tradicionais e suas lutas por direito, respeito e dignidade.

Na entrevista, a ministra Kátia Abreu explicitou cinicamente que "está no governo da presidente Dilma para pisotear sobre os direitos daqueles que lutam pela distribuição equânime da terra e pelos direitos dos povos indígenas e quilombolas. A ministra assume sua pasta para efetivamente defender o latifúndio e os privilégios que o governo tem concedido ao agronegócio" (trecho extraído da Nota do Conselho Indigenista Missionário).

A presidente Dilma, através da nomeação de Kátia Abreu como ministra da Agricultura, ignora e desrespeita os defensores e defensoras dos direitos humanos no Brasil, especialmente aqueles que incansavelmente denunciam a concentração de terras, o trabalho escravo nos latifúndios, a grilagem de terra, os assassinatos no campo. Tripudia sobre todos aqueles - mulheres e homens - que foram assassinados lutando para que a terra, no Brasil, cumpra sua função social.

Porto Alegre, RS, 05 de janeiro de 2015.

Roberto Antônio Liebgott

Missionário do Cimi – Regional Sul - Equipe Porto Alegre



Manifesto do Povo Apinajé, contra o desmatamento do cerrado e o plantio de eucaliptos

SÍTIO CIMI, 06.01.2015



Nós caciques, Agentes Indígenas de Saúde (AIS), professores, estudantes, anciãos, e lideranças, membros diretores e Conselhos Consultivo e Fiscal da Associação União das Aldeias Apinajé (PEMPXÀ), reunidos nos dias 27 e 28 de dezembro de 2014, na aldeia São José, para discutir sobre a questão do desmatamento do cerrado no entorno dessa terra indígena, localizada nos municípios de Tocantinópolis, Maurilândia, São Bento do Tocantins e Cachoeirinha.

Mais uma vez viemos denunciar a destruição da cobertura vegetal de grande parte das áreas de cerrado e florestas do entorno do Território Apinajé, com a

finalidade de plantar eucaliptos, soja, cana e outros que não sabemos, por que não fomos informados sobre a finalidade desses desmatamentos, que estão ameaçando as nascentes de águas e a existência de espécies nativas de plantas e animais de nosso cerrado.

Denunciamos também a forma equivocada e criminosa como as empresas estão chegando e avançando sobre as matas ciliares e nascentes que correm para dentro da terra Apinajé, situação que está comprometendo e ameaçando as cabeceiras e os mananciais de água, que podem ser assoreados, poluídos por agrotóxicos e/ou totalmente secos, afetando diretamente as aldeias Prata, Cocal Grande, Baixa Funda São José, Areia Branca, Furna Negra, Bacabinha, Bacaba, Boi Morto, Brejinho, Patizal e Palmeiras.

Não aceitamos a implantação e continuação dessas atividades de desmatamentos ilegal no entorno de nosso território, que são empreendimentos potencialmente agressivos, poluidores e destruidores do meio ambiente, que provocam alterações e destruição da natureza e podem levar nossos jovens a situações de tráfico de pessoas, para exploração de trabalho escravo em carvoarias, e plantio de eucaliptos, soja e cana, como já acontece no MS.

É inaceitável que o Instituto Natureza do Tocantins-NATURATINS, tenha emitido licenças ambientais para desmatamento no entorno da terra indígena Apinajé, sem informar e consultar nossas organizações representativas, e sem comunicação alguma com os órgãos da Administração Pública Federal; nesse caso a FUNAI, o IBAMA e o MPF não foram notificados e nem estão participando do processo de licenciamento.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/2015

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

Entendemos que como parte dos procedimentos para licenciamentos de empreendimentos (desmatamento, carvoarias, soja e eucaliptos e outros) no entorno da terra Apinajé, e/ou em qualquer lugar devem ser realizadas consultas à comunidade, bem como devem ser realizados também Estudos de Impactos Ambiental-EIA, e divulgado Relatório de Impacto Ambiental-RIMA, o que nesse caso nunca é realizado.

Ressaltamos que esses empreendimentos, estão vinculados a graves problemas ambientais, sociais e culturais, e dessa forma representam uma potencial ameaça a nosso território e à nossas comunidades, sendo também um grande gerador de conflitos sociais, que acabam resultando em graves ameaças, perseguições, doenças, prisões e mortes, afetando nosso povo.

Diante das dúvidas e da falta de informações verdadeiras sobre esses desmatamentos, solicitamos do Ministério Público Federal de Araguaína-MPF/AGA, da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA e do Instituto Natureza do Tocantins-NATURATINS, providencias cabíveis e imediatas no sentido do embargo definitivo dessas atividades nas proximidades de nosso território.

Avisamos as Organizações da Sociedade Civil, a Imprensa e os Órgãos Públicos acima mencionados, se no prazo de 15 dias nada for feito para embargar e impedir esses desmatamentos, que estamos decididos conforme nossa lei interna, confrontar com não-índios para impedir por nossa conta e riscos, esses desmatamentos e/ou qualquer outro empreendimento que ameace nosso território e vidas. Que se alguma violência, prisão, espancamento e/ou morte acontecer a nosso povo, o Estado Brasileiro, as empresas e os órgãos públicos serão diretamente responsabilizados pelo que vier ocorrer.

Seguem assinaturas.



Ibama intensifica combate aos crimes ambientais que ameaçam terras indígenas de Mato Grosso

SÍTIO FOLHA DO PROGRESSO, 06.01.2015

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) executou várias ações de fiscalização em terras indígenas, em conjunto com a Fundação Nacional do Índio (Funai), com a Força Nacional de Segurança Pública e com o Batalhão da Polícia Ambiental. Caça e pesca predatória, desmatamento, furto de madeira e garimpo ilegal foram alguns ilícitos ambientais combatidos nessas operações.

Na Terra Indígena Manoki, no município de Brasnorte, distante 580 km de Cuiabá, o Ibama embargou um total de 61,5 mil hectares e aplicou quase dois milhões em multas, por desmatamento e descumprimento de embargos. Uma das fazendas é um latifúndio com mais de 50 mil hectares, tamanho maior que a vizinha Terra Indígena Irantxe, onde o povo Manoki aguardava o retorno para sua tradicional área de floresta. A área já estava embargada desde 2005 em nome de uma sócia que, na época, era primeira-dama do município de Tapurah.

Na TI Bakairi, no município de Paranatinga, e nas TI's dos Bororo e Guató, na região pantaneira de Barão de Melgaço e Santo Antonio do Leverger, foram apreendidas várias redes e petrechos de pesca proibidos, atendendo denúncias dos índios sobre pesca predatória.

Na Terra Indígena Apiaka Caiabi, em Juara, distante 690 km de Cuiabá, foram apreendidos cinco caminhões bitrem, dois tratores de pneus e um de esteiras, duas caminhonetes, duas motocicletas, cinco motosserras, uma pá carregadeira e 1.351 m³ de madeira em toras, de uma quadrilha especializada em furto de madeira. A quadrilha tinha ramificações com madeiras em Mato Grosso e no interior de São Paulo.

Na Terra Indígena Aripuanã, da etnia Cinta-larga, no município de Aripuanã, distante 976 km de Cuiabá, foi flagrada uma outra extração ilegal de madeira, onde foram apreendidos um trator florestal skyder, uma pá carregadeira e uma motocicleta. Os infratores evadiram o local quando perceberam a presença da fiscalização.

Na divisa entre Mato Grosso e Pará, na TI Kayabi, na região do município de Apiacás, distante 1.005 km de Cuiabá, o Ibama flagrou duas balsas de mergulho garimpando ouro ilegalmente no rio Teles Pires. Houve apreensão e destruição de equipamentos para que cessasse o dano ambiental. Duas pousadas de pesca ilegal foram localizadas em atividade dentro da Terra Indígena, em área de preservação permanente do rio Cururu-açu, já no município de Jacareacanga/PA, e outra em uma ilha, próximo a cachoeira da Rasteira, no rio Teles Pires. Esta pousada já havia sido demolida anteriormente na Operação Eldorado. Nas pousadas foram apreendidas diversas armas de fogo, bem como partes de animais silvestres. Foram efetuadas a demolição das estruturas das pousadas considerando a finalidade específica para prática de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/2015

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

infrações ambientais, sendo lavrados termos de apreensão e de destruição, pertinentes a cada caso. Os responsáveis pelos empreendimentos ilegais foram identificados e responderão administrativa/criminalmente pelo funcionamento ilegal de atividade poluidora, destinação irregular de resíduos sólidos, realização de pesca em local proibido dentre outros crimes.

Segundo o superintendente do Ibama em Mato Grosso, Marcus Keynes, "O Ibama continuará agindo com rigor na proteção das terras da União, dificultando as ações dos invasores, desmatadores e outros criminosos ambientais. A destruição de alguns bens dos infratores tem sido considerada imprescindível para evitar a continuidade da atividade ilegal, visando interromper o dano ambiental e resguardar a recuperação na área atingida", conclui Keynes.

Ascom / Ibama/MT

Projeto Ibaorebu, Povo Munduruku: valorizando a cultura, afirmando a identidade e fortalecendo a autonomia na defesa dos direitos

SÍTIO FUNAI, 06.01.2015

Texto: Izabel Gobbi e André Ramos



Foto: Izabel Gobbi/Funai

Das diferentes explicações para o sentido da palavra Ibaorebu, dada pelos Munduruku, uma delas talvez seja a que melhor traduz a experiência de educação que vem sendo realizada: é a criação constante do criador, que não termina nunca, quase infinita, como se sempre tivesse algo novo para responder a um novo desafio.

De certa forma, é desse modo que o Projeto Ibaorebu vem realizando sua trajetória de formação entre o Povo Munduruku. Formação essa que, apropriada e orientada pelos próprios indígenas, ultrapassa os limites da mera escolarização e habilidades profissionais, para se recriar em compromissos com a identidade, a territorialidade e a etnocidadania, mantendo sempre a coerência com o eixo principal do projeto, definido pelos caciques, jovens, mulheres e velhos das comunidades há anos atrás: Cultura e Direitos do Povo Munduruku.



Foto: Izabel Gobbi/Funai

O Ibaorebu é uma iniciativa coordenada pela FUNAI, juntamente com os Munduruku, e possui 210 cursistas, divididos em turmas de Magistério Intercultural, Técnico em Enfermagem e Técnico em Agroecologia. O Projeto é realizado com o apoio técnico e financeiro da Coordenação Geral de Promoção da Cidadania – CGPC e Coordenação Regional do Tapajós, além do apoio de outras Coordenações Gerais da FUNAI e das parcerias com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA (Campus Rural de Marabá) e com o DSEI Tapajós. Para a realização da última etapa, também contamos com o apoio financeiro do Ministério da Educação – MEC, graças à articulação dos próprios Munduruku.

CONT.

XI Etapa Intensiva do Projeto



Foto: Izabel Gobbi/Funai

A XI Etapa Intensiva do Projeto Ibaorebu foi realizada entre os dias 21 de novembro e 20 de dezembro de 2014, na Aldeia Sai-Cinza, localizada na região do Alto Tapajós – PA. Como de costume, a comunidade de Sai-Cinza, representada pelos Caciques Vicente Saw e Nezinho Saw, acolheu os integrantes do Ibaorebu e prestigiou os seminários de apresentação dos trabalhos elaborados durante a etapa.

A intensa e criativa produção dos cursistas foi apresentada nos seminários, a exemplo dos projetos agroextrativistas sustentáveis e de recuperação ambiental das erosões na aldeia Sai Cinza, pela turma de agroecologia; das discussões sobre a política de saúde, sobre a necessidade de reflexão sobre o parto e sobre a alimentação tradicional, pela turma de técnico de enfermagem; e as discussões sobre as ameaças do sistema de ensino e a necessidade de valorização da língua materna, que deu origem a um livro de alfabetização Munduruku, elaborado pelas turmas do Magistério Intercultural e tendo como referência o método Paulo Freire.

Registros audiovisuais: os Munduruku por eles mesmos.



Foto: Izabel Gobbi/Funai

Durante a etapa, os cursistas do Projeto Ibaorebu realizaram diversos registros audiovisuais, com o objetivo de divulgar a experiência do projeto, falar sobre a cultura Munduruku e, ainda, produzir um vídeo sobre o combate ao preconceito e à discriminação, que deverá ser divulgado no Brasil e no mundo, bem como poderá ser utilizado nas escolas indígenas e não-indígenas. Os vídeos foram todos concebidos pelos Munduruku, a partir de um processo de reflexão e discussão sobre as situações de preconceito vivenciadas cotidianamente e, principalmente, sobre a importância da valorização da cultura e da afirmação da identidade na luta em defesa dos direitos.

A discussão sobre a temática da discriminação e do preconceito esteve presente de forma transdisciplinar nas turmas de Magistério Intercultural, Técnico em Enfermagem e Agroecologia, originando um vasto debate onde se destacaram situações de racismo institucional, presentes nas políticas de educação, saúde e também nas políticas ambientais e de desenvolvimento.



Índigena conquista vaga para tiro com arco nas Olimpíadas

SÍTIO EBC RADIOAGÊNCIA NACIONAL, 06.01.2015

Maíra Heinen

Os Jogos Olímpicos 2016 no Rio de Janeiro têm um significado especial para um jovem do Amazonas. Dream Braga, do povo Kambéba, tem 18 anos e é o primeiro indígena a fazer parte da equipe de Tiro com Arco para as Olimpíadas.

O atleta já está no Rio de Janeiro, alojado no Centro de Treinamento de Maricá, onde vai se apresentar à seleção, treinando no mínimo oito horas por dia.

Descoberto pelo projeto Arquearia Indígena do Amazonas, promovido pela Fundação Amazonas Sustentável, Dream já conquistou ouro nos Jogos Indígenas, prata nos Jogos Escolares e o 3º lugar no Campeonato Brasileiro de Tiro com Arco.

Mas o atleta explica que a intimidade com o arco e flecha não é recente e que pretende destacar a modalidade no Brasil.

Conhecido também como Iagoara, que na língua materna dos Kambéba significa "Caçador da Mata", Dream foi descoberto há cerca de dois anos por Márcia Lot, uma treinadora "caçatalentos", que buscava atletas de alto rendimento entre os jovens indígenas amazonenses.

Segundo Márcia, ela encontrou Dream na primeira seletiva, realizada na primeira aldeia Kambéba, e foi o primeiro a receber medalha de ouro.

A treinadora o chama carinhosamente de "dream", que na língua inglesa significa sonho. Talvez um prenúncio do que pode acontecer nas olimpíadas 2016.

O Tiro com arco é uma modalidade esportiva que faz parte do quadro olímpico desde 1900. Em comparação com outras modalidades, o Brasil não tem uma longa história na arquearia, embora seja um dos países de raízes indígenas.

A esperança é que Dream consiga ser parte da popularização deste esporte para 2016, além de ser um incentivo para outros atletas indígenas.

Curitiba ganha casa de apoio a índios
SÍTIO BEM PARANÁ, 07.01.2015

Medida é emergencial; 33 famílias vivem em situação de rua em Curitiba.



Índios debaixo do viaduto do Capanema: eles vendem artesanato para sobreviver (foto: Valquir Aureliano)

Em reunião mediada pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) na última segunda-feira (05), órgãos governamentais acordaram a abertura emergencial de uma casa de passagem para indígenas que se encontram em situação de rua em Curitiba. O imóvel será cedido pela Prefeitura de Curitiba e o serviço, coordenado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O governo do Estado se responsabilizará pelo fornecimento de mobília, utensílios domésticos e manutenção predial.

A unidade terá capacidade para abrigamento de até 70 pessoas e funcionará nesses moldes durante dois meses, quando novas medidas deverão ser tomadas pelos órgãos envolvidos. A Prefeitura de Curitiba, por meio da Fundação de Ação Social (FAS), também fará a supervisão técnica do serviço e permanecerá fornecendo no período passagens de ônibus para os indígenas que desejarem retornar a seus municípios de origem.

“Temos a necessidade urgente de proteger principalmente crianças e adolescentes que estão em situação de rua ou trabalhando, o que não é permitido por lei”, afirmou a promotora Laís

CONT.



Letchacovski, da Promotoria de Justiça da Vara de Infância e Juventude de Curitiba, representando o Ministério Público. "A prioridade desta casa será dar proteção à criança e ao adolescente indígena. Por isso ela será destinada apenas a indígenas que estão na cidade para comercialização de artesanato", disse a presidente da FAS, Marcia Oleskovicz Fruet. A Fundação já vinha atendendo os indígenas oferecendo acolhimento na Central de Resgate Social.

Durante a reunião, também foi acordada a criação de uma campanha de incentivo à fiscalização do trabalho infantil por qualquer cidadão e à compra responsável dos artesanatos indígenas. "Pedimos à população que não dê esmola a criança nenhuma e que compre artesanato somente de adultos. Não podemos expor as crianças ao risco, à mendicância e ao trabalho infantil", completou Marcia.

A reunião teve a presença de lideranças indígenas, que se incumbiram de fazer o trabalho de conscientização dos grupos de indígenas que estão instalados em diferentes pontos da cidade para que passem a utilizar as instalações da nova casa, que será aberta no espaço da unidade da FAS Amigo Curitibano na Praça Plínio Tourinho, no Jardim Botânico. Estima-se que cerca de 33 famílias de indígenas, originárias de 20 municípios do interior do Paraná e de outros estados, estejam em situação de rua em Curitiba.



Incêndio na comunidade Murumuru destrói grande área de açaizal

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 07.01.2015

Fogo só parou após as chuvas que caíram na madrugada do dia 5. Área destruída pode comprometer realização de Festival do Açaí.

Um incêndio na comunidade de Murumuru, em Santarém, oeste do Pará, destruiu uma grande área de açaizal. De acordo com os moradores, o fogo só parou após a chuva que caiu na região na madrugada do dia 5 de janeiro.

A comunidade vive da pesca e do extrativismo, e um dos principais produtos colhidos na mata é o açaí. São milhares de hectares da palmeira nativa nas margens do lago do Maicá. "Essa vegetação aqui, grande parte dela, produz frutas para os peixes e agora como não vai ter o que eles comerem vão embora. O fogo queimou durante três semanas, e só não aumentou o estrago porque não passou do primeiro caminho de descida para os lagos e graças a Deus que choveu se não ainda estava queimando", declara o morador João Lira.

De acordo com alguns moradores, um dos proprietários de uma grande área ateou fogo no capim para criar um ramal, mas o fogo se alastrou sem controle chegando ao açaizal. Queimadas, as palmeiras caíram por uma área equivalente a cem campos de futebol.

Segundo os comunitários, eles vão trabalhar para conseguir recursos para realizar uma campanha de plantio de mudas de açaí. Mas para isso, esperam que os governos estadual e municipal, participem da campanha fornecendo as mudas de árvores e palmeiras nativas da região afetada pelo fogo. "Nós vamos está com o Ministério Público na quarta-feira, por ser uma área quilombola vai agir nesse caso e nós vamos aguardar as orientações e esperamos que as autoridades se sensibilizem para ver o que faz com a situação nosso povo. Até o festival do açaí que fazemos não sabemos se vai ser possível realizar por causa desse desastre", explica Lira.

Protocolo comunitário das Raizeiras do Cerrado e Luceny Moraes Pio

SÍTIO DIÁRIO DA MANHÃ, 07.01.2015



Martiniano J. Silva, Especial para Opinião Pública

O título acima, com o subtítulo: Direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional, é um livro de capa dura, grampeado, redação de Jaqueline Evangelista Dias e Lourdes Cardozo Laureano, revisão de Ana Emília de Carvalho, projeto gráfico de Sylvia Vartuli, fotografias Jaqueline e Sylvia, articulação Pacari plantas medicinais do cerrado, parceria Fundação Luterana de Diaconia Henrich Boll Stiftung Brasil, apoio Equator Initiative, Projeto Generosidade, Turmalina, MG, Brasil, novembro 2014.

O lançamento ocorreu num "encontro" de raizeiros em Brasília, onde estava presente, entre as inúmeras autoras do livro "doutoras-de-raiz" do cerrado, a raizeira, também curandeira, nascida na comunidade quilombola do Cedro, de Mineiros, extremo Sudoeste de Goiás, LUCELY MORAES PIO, fitoterapeuta, geoterapeuta, com mestrado pela Universidade de Brasília, onde é professora de antropologia social, reconhecida e respeitada Brasil afora, que me ofereceu um exemplar de "Protocolo comunitário", carinhosamente autografado:

"P/Dr. Martiniano, com muito carinho de uma pessoa que te admira. Lucely Moraes Pio. Mineiros, 29/12/14."

Além das 262 raizeiras, autoras do livro Farmacopeia Popular do Cerrado, publicado em 2009 pela Articulação Pacari, Plantas Medicinais do Cerrado, são também autoras de Protocolo Comunitário as que fazem parte do atual Conselho das Raizeiras, Cigoline, Ana Cordeiro dos Santos, Aparecida Ana Arruda Vieira, Francisca Rodrigues Silva, Francisca América dos Reis, Josefa Ferreira Barbosa, Maria das Neves Ferreira da Silva, Maria dos Santos Lima Souza, Maria Helena Gomes Santos, Maria José Cordeiro Rocha, Maria Rosilene dos Santos, Maria

CONT.



Aparecida Barros Andrade, Maria do Carmo Gonçalves Oliveira e Maria Stael Teixeira, figurando como colaboradores: Camila Moreno, Cristina Maria do Amaral Azevedo, Diana Dianivsky, Ellen Krohn, Juliana Mazurana, Juliana Santilli, Larissa Ambrosano Packer, Marco Paulo Schettino, Maureen Santos e Mônica Celeida Rabelo Nogueira, sendo fonte de contato: pacari@pacari.org.br; www.pacari.org.br.

A importância do livro, começa na identificação do envolvente desenho da capa, com o rico conteúdo e específico objetivo da obra, sem omitir o cunho político, na essência, simbologia e registro do título, onde o sagrado ofício das raizeiras do cerrado, além da justa reivindicação social e política, é um velho direito costumeiro na própria erudição consuetudinária, precisando alcançar status institucional como direito substancial das raizeiras, obtendo assim garantia de legitimidade.

No primeiro capítulo "Objetivos do protocolo comunitário biocultural", além do âmbito científico oportunamente dado ao assunto, claramente universitário sem chatices acadêmicas; os sagrados ofícios das raizeiras na execução dos principais remédios caseiros; estão as metas e estratégias políticas do livro no intuito das raizeiras alcançarem a garantia legal dos seus direitos, resultado das muitas lutas em vários encontros, a partir de 2008; notando-se que todo o processo, realizado com o protagonismo dessas mulheres humildes, ousadas e valentes, "envolveu representantes de 43 grupos comunitários de dez regiões dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Maranhão".

Com o "Bioma Cerrado", segundo capítulo, se não bastasse a bela imagem fotográfica da capa (não vi legenda fotográfica), exibindo vegetação típica desse bioma, representando um ¼ do território nacional, cerca de 204 milhões de hectares de terras por certo agricultáveis e adequadas ao criatório bovino, constituindo a savana mais rica em diversidade do planeta, na região mais central do Brasil; considera-se o Cerrado também como a "mãe d'água do Brasil", segundo estudos a respeito, "por possuir as nascentes de grandes rios, como o São Francisco, o Araguaia, o Xingu e o Tocantins" (...) alimentando suas águas "seis importantes bacias hidrográficas brasileiras, entre elas a bacia Amazônica e a bacia dos rios Paraná e Paraguai".

No terceiro capítulo, "Identidade Social das Raizeiras", "acordada como primordial na elaboração do protocolo comunitário, para garantir legitimidade a quem está reivindicando um direito consuetudinário perante o poder público", em que pese, não pode ser única, já por haver várias características de pertencimento de quem pratica a medicina tradicional, assunto, aliás, sempre polêmico, notando-se que os seus praticantes, além de raizeiros, são também chamados curandeiros, remedeiros, benzedeiras ou benzedeiros, parteiras, agentes de pastoral etc, fato que revela serem mais de uma, sem poderem, contudo, serem interpretadas como individuais, por terem sido construídas, estrategicamente, como "identidade social", curiosamente sem atender somente a esse conceito, pois a raizeira pode ser, simultaneamente, quilombola e camponesa.

Fazem parte ainda dessa identidade social das raizeiras, como "conditio sine qua non", a proteção da natureza, respeito ao poder das plantas, dom da cura, do agrado e purificação,

CONT.



conhecimento do poder da cura, fundada na “energia da planta” e no preparo espiritual, daí a definição: “A pessoa nasce com o dom da cura, é algo espiritual, é uma herança de sabedoria trazida pela ancestralidade”, baseada no princípio da tradição.

Nas relações sociais das raizeiras, iniciadas em família, cursos, encontros, intercâmbios, pesquisas populares, dentre outras, formam-se uma verdadeira cadeia de transmissão de conhecimentos ao ensinarem o que aprendem, já nas conversas informais, sendo por isso que são constantemente convidadas – como é o caso da extraordinária Lucely – para ministrar cursos e palestras em escolas do Ensino Médio, universidades, trabalhando o tema inclusive com as crianças e adolescentes e alfabetização de adultos. Com o acentuado processo de urbanização das cidades e do próprio meio rural, trazendo agricultura familiar como projeto político, as raizeiras passaram a ser também urbanas ou peri urbanas, pra não dizer da periferia, sendo que os chamados insumos necessários ao preparo dos remédios caseiros, como rapadura, cachaça, mel, óleos vegetais, entre outros, são adquiridos por todas as raizeiras, se da cidade ou do campo.

É preciso dizer que os remédios caseiros, possuem o reconhecimento de eficácia de qualidade de seus usuários e das raizeiras, até porque “A raizeira conhece e respeita o poder das plantas”; as farmacinhas caseiras ou comunitárias são verdadeiros laboratórios culturais; se não bastassem os testemunhos de cura, o preparo dos remédios, como se fosse na alimentação, exige a higiene pessoal das raizeiras, como limpeza das mãos e o uso de toucas e aventais, pesos e medidas, reciclagem das embalagens e outras tantas exigências, notadas pelo escriba no próprio Laboratório do Cedro, terra da Lucely, justificando o capítulo “Eficácia e Segurança de Remédios Caseiros”.

Pelo sumário, em nove capítulos, dando e mostrando referencial teórico ao assunto, já se nota como foi importante o lançamento e propagação deste livro, vindo do empirismo e talento das raizeiras do cerrado, cuja sabedoria continua sendo adquirida e consolidada através do tradicional princípio da oralidade, muito comum entre os povos de origem indígena e africana, sem olvidar os colonizadores portugueses e outras eventuais influências culturais, pouco importando a procedência étnica.

Sempre acreditei nas “coisas que o povo diz”, se diverte, satiriza, troça ou ajuda a sociedade, nos seus mais estranhos problemas, dentre outros, seus andaços, “nó na tripa”, “dor de cutuvelo” e outras doenças ou indisposições, mais vezes curadas pela medicina tradicional, com a qual os praticantes destes ofícios mágicos utilizam os mais diversos recursos para a prevenção e o tratamento da saúde, destacando-se os remédios feitos de plantas medicinais, dietas alimentares, banhos, benzimentos, orações, aconselhamento, massagem e aplicação de argila, sem esquecer outros remédios caseiros de diferentes formas, como: garrafadas, tinturas, xaropes, pomadas, pílulas e não sei quantos chás, havendo cá em Mineiros inclusive o misterioso “chá do espírito”.

É bom dizer ainda que se não fosse a oportuna edição do livro Farmacopeia Popular do Cerrado em 2009, certamente não teríamos hoje em dia o valioso e necessário Protocolo Comunitário

CONT.



Biocultural das Raizeiras do Cerrado, lançado em versão inglesa, na Coreia do Sul, com a presença de pelo menos uma raizeira; e em português, lançado num Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), iniciado em Brasília em novembro de 2014, com mais de 300 participantes, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Sustentável de Combate à Fome e Ministério do Meio Ambiente, solenidade de lançamento em dezembro do ano referenciado.

Enfim, é importante também dizer que sem o lançamento deste livro, dificilmente a Medicina Tradicional das raizeiras seria “um bem cultural imaterial”; início de um referencial teórico; uma identidade social respaldada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); teria acesso às políticas públicas e aos serviços de saúde de qualidade; se saberia melhor da eficácia e da segurança dos remédios caseiros, as raizeiras podendo esclarecer suas metas, metodologia de trabalho e outras atividades do seu venerável ofício, podendo escrever em verso:

“Vamos todas juntas à procura de novos conhecimentos.

Eu aprendi e ensinei com prazer e alegria, Eu sou uma raizeira buscando sabedoria.”

(Martiniano J. Silva, escritor, advogado, membro do Movimento Negro, Unificado (MNU), da Academia Goiana de Letras e Mineirense de Letras e Artes, IHGGO, Ubego, mestre em história social pela UFG, professor universitário, articulista do DM – martinianojsilva@yahoo.com.br)



Governo do Mato Grosso do Sul inicia estratégia para acabar com conflito indígena no Estado

SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 07.01.2015

Fonte: Famasul

Reinaldo Azambuja (PSDB) prometeu durante a campanha ao Governo do Mato Grosso do Sul que acabaria com o conflito indígena no estado. Eleito e empossado desde o dia primeiro, já iniciou sua estratégia de transformar o Estado em "árbitro" da disputa entre produtores rurais, índios e indigenistas que persiste há décadas em várias regiões do Mato Grosso do Sul.

Uma grande reunião está marcada para a próxima quinta-feira (8). O encontro reunirá caciques de todas as tribos, incluindo produtores rurais, Ministério Público e Funai e será comandando pelo próprio Governador do estado.

O secretário da Casa Civil, Sérgio de Paula, tocou várias reuniões de preparação com algumas lideranças indígenas na última sexta-feira (2). O objetivo, segundo ele, foi ouvir as principais demandas dos índios. "O pensamento deles é produzir nas áreas", disse o emissário de Azambuja.

As áreas reivindicadas pelos índios e indenização aos agricultores que tenham áreas demarcadas, só serão discutidos na grande reunião do dia 8. "O principal pedido é que o Estado faça a ponte com os municípios e a União, para achar uma solução da situação de conflito que há aqui", diz o índio terena Lindomar Ferreira, o Lindomar Terena.

Da parte do governo, de Paula afirma que será aplicada "assistência técnica de verdade" para os indígenas, assim como prometido por Azambuja durante a campanha ao governo do estado. "É o que vamos fazer: dar saúde e educação, por exemplo. Isso tem que ter de uma forma melhor", diz o Secretário da Casa Civil.

Segundo Lindomar Terena, uma das reivindicações dos índios é por mais condições para produzir nas áreas já demarcadas, principalmente no caso da etnia terena, que tem tradição na agricultura. No entanto, as outras seis etnias têm hábitos, tradições, culturas e demandas diferentes, que precisam ser levadas em consideração, aponta o terena. "Por isso é importante a representação de cada uma das etnias", completa. "Acredito que, se houver esse comprometimento por parte do chefe do Estado, ambas as partes ganharão", diz Lindomar.

Por diversas razões históricas, Mato Grosso do Sul é um dos estados mais afetados pela disputa de terras entre índios e produtores rurais. Há quase cem propriedades ocupadas no estado que tem uma das maiores populações indígenas do Brasil, embora tenham uma área relativamente pequena de áreas demarcadas. Veja aqui o Mapa da Questão Indígena no Brasil.



"PEC das Terras Indígenas" voltará a ser debatida em fevereiro

SÍTIO CENÁRIO MT, 07.01.2015

Muito embora haja certa divergência entre os analistas do Congresso Nacional sobre o desenvolvimento da pauta do agronegócio no ano que passou, muitos concordam que os debates mais relevantes para o setor devem mesmo começar a partir de fevereiro próximo.

Um dos parlamentares a defender que houve avanços significativos para o setor agropecuário durante 2014 é o deputado federal Afonso Florence (PT/BA). Em declaração à imprensa feita esta semana ele destaca a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), o aumento de prazos para financiamento de maquinário agrícola através do Moderfrota (leia notícia completa aqui).

Segundo o petista, "no Congresso Nacional, foram aprovadas importantes leis de interesse do Brasil e do setor empresarial rural, renegociando dívidas, aprovando incentivo ao setor de máquinas agrícolas. Nas dívidas, eu posso citar um caso expressivo, que é a renegociação de todas as dívidas que estavam no contrato da União. Há produtores que tinham dívidas desde os anos 1980".

Debates relevantes – Entre os pontos mais relevantes apontados pelos especialistas em política que frequentam os corredores de Brasília, podem ser citados: a PEC do trabalho escravo, a regulação do acesso ao patrimônio genético, os projetos que derrubam a obrigatoriedade do emplacamento de máquinas agrícolas e, também, a PEC 215, que retira do Executivo o poder de decisão sobre as demarcações de terras indígenas. Como o relatório final sobre o tema ainda não foi votado, há o indicativo de que os debates voltem com força total logo que sejam reiniciados os trabalhos das duas Casas Legislativas no próximo dia 25 de fevereiro.

Para membros da Frente Parlamentar do Agronegócio, o assunto demanda urgência, pois milhares de famílias estão vivendo sob constante ameaça de verem seus investimentos de uma vida serem postos a perder dada a insegurança jurídica criada por esta indefinição.

Quem defende este ponto de vista é o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS). Em sua opinião, "o drama é imenso em milhares e milhares de famílias e faltou uma definição do governo federal. Efetivamente, o governo não teve interesse nesta questão. Todas as matérias que o governo tem interesse ele vem aqui dentro da Câmara e atropela. Essa matéria, especificamente, da PEC 215, da Resolução 303 e da própria CPI da Funai, o governo não teve interesse e usou toda a sua força para que essas matérias não fossem votadas e esse assunto não evoluísse".

Outro a se manifestar recentemente a favor da celeridade da matéria foi o deputado mato-grossense Nilson Leitão (PSDB)(leia texto integral aqui) ao denunciar a situação de

CONT.



calamidade na qual se encontram os agricultores expulsos da reserva indígena Marãiwatsédé no nordeste do estado. Sobre o tema, Leitão afirmou à época que “recentemente a Secretaria de Direitos Humanos admitiu que a desocupação não foi feita da melhor forma e que houve violação dos direitos humanos” e que, segundo a própria Secretaria “o caso Suiá-Missù deve servir de exemplo para que não ocorra em outros processos de demarcação de terras indígenas”.



Nota Pública: Acusado pelo assassinato de quilombola no MA tem rondado a comunidade do Charco

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.01.2015

Na CPT Nacional

No dia 01 de janeiro de 2015, Josué Saboia, preso até maio de 2014 sob a acusação de ter participado do assassinato de Flaviano Pinto Neto, esteve rondando a comunidade quilombola do Charco, município de São Vicente Ferrer (MA).

Na fase dos depoimentos na justiça, quando era levado ao Fórum da Comarca de São João Batista, o acusado ameaçou a referida comunidade.

Em 14 de novembro de 2014, ele e os irmãos Manoel de Jesus Martins Gomes e Antonio Martins Gomes foram pronunciados pela Justiça Estadual do Maranhão e serão levados a Júri Popular para serem julgados pelo brutal assassinato de Flaviano Pinto Neto.

A presença do acusado na comunidade se constitui numa intimidação e grave ameaça, sobretudo, às lideranças.

Diante da gravidade dos fatos o MOVIMENTO QUILOMBOLA DO MARANHÃO, a ARTICULAÇÃO NACIONAL DE QUILOMBOS e a COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/MA demandam às autoridades competentes a efetiva proteção da comunidade e de suas lideranças.

Índio que disputou o Brasileiro garante vaga na seleção de tiro com arco
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 07.01.2015

Elogiado por treinador, Dream Braga, que pertence a tribo Kambeba do Amazonas, ficou em terceiro lugar na competição disputada no Rio de Janeiro em outubro

Por GloboEsporte.com



Dream Braga ao lado da treinadora Márcia Lot no Brasileiro de 2014 (Foto: Thiago Quintella)

O terceiro lugar no Campeonato Brasileiro foi a prova do valor de Dream Braga, conhecido em sua tribo como Iagoara Kambeba. Aos 18 anos, o jovem indígena foi o principal destaque dos garotos trazidos da Amazônia para disputar competições no Rio de Janeiro no ano passado. Após o bom resultado, Dream ficou 10 dias em treinamento com Renzo Ruele, técnico da seleção brasileira, e foi confirmado como integrante da equipe para a atual temporada no último dia 15 de dezembro. Os treinos com a elite do tiro com arco do Brasil começam na próxima segunda-feira na Força Aérea Brasileira (FAB), no Rio.

CONT.



Antes de integrar a seleção brasileira, Dream Braga fazia parte do projeto Arquearia Indígena, da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) ao lado de outros sete atletas de tribos indígenas na Vila Olímpica, em Manaus. O treinador Roberval dos Santos, elogiou os atletas na época do Campeonato Brasileiro, se demonstrando surpreso pela evolução dos índios em apenas um ano no tiro com arco.

- Para eles teve a dificuldade de se adaptar, ficar longe de casa, ir para uma cidade grande por muito tempo. Eles são muito dispostos. Eles têm essa vontade grande de crescer no esporte. É uma oportunidade de vida para eles, que estão entendendo isso. Seja nos estudos ou no esporte. Está andando muito bem - disse Roberval, à época.

Agricultura familiar vende mais de 7 mil toneladas em produtos

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 07.01.2015



Vendas são resultados de compras institucionais feito pela Conab em duas chamadas públicas

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) adquiriu mais de 7 mil toneladas (7 milhões de quilos) de produtos da agricultura familiar, por meio de chamadas públicas pela Compra Institucional, em 2014.

Vendas são resultados de compras institucionais feito pela Conab em duas chamadas públicas. Foram aplicados cerca de R\$ 25 milhões na aquisição de arroz, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão, flocos de milho, fubá, macarrão e leite em pó.

Foram feitas duas chamadas públicas para esta modalidade de compra. A Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) conta com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

"Essa é mais uma opção para o agricultor familiar comercializar sua produção. Ajuda a gerar emprego e renda para os trabalhadores no campo e também a garantir a segurança alimentar de muitos brasileiros", resalta o gerente de Parcerias Institucionais da Conab, Delton Mendes Vieira.

CONT.



A CDAF é um instrumento do Programa da Aquisição de Alimentos (PAA) que tem por finalidade garantir a compra de produtos agropecuários dos participantes agricultores enquadrados no Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com base nos preços de referência, que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais.

Os produtos adquiridos de agricultores familiares são utilizados para a composição de cestas de alimentos, destinadas a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social, como famílias acampadas, comunidades de terreiros, pescadores artesanais, quilombolas, atingidos por barragens e indígenas. As comunidades são indicadas pelo MDS.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento



Comunidades de Rondônia serão beneficiadas com água potável

SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 07.01.2015

Assegurou para Rondônia recurso de mais de R\$ 16 milhões oriundos do programa "Água Para Todos", do governo federal.

O restrito acesso à água de qualidade pelas comunidades rurais de Rondônia levou o governador Confúcio Moura a buscar alternativas para mudar essa realidade e garantir que a água potável pudesse chegar à casa de centenas de famílias. Como resultado, assegurou para Rondônia recurso de mais de R\$ 16 milhões oriundos do programa "Água Para Todos", do governo federal.

Inicialmente estão sendo beneficiadas 30 comunidades nos municípios de Urupá, Alvorada do Oeste, São Francisco do Guaporé, Costa Marques, Theobrama, Candeias do Jamary, Guajará-Mirim e Porto Velho, contemplando, aproximadamente 1.300 famílias.

A assinatura do Termo de Compromisso entre o Estado e a União foi realizada em 2013. O programa, até então, era desenvolvido apenas no nordeste por ser a região que mais sofria com a falta de água, porém o empenho do Governo e a real situação das comunidades em Rondônia viabilizaram a ampliação do programa.

A coordenação dos trabalhos está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog). Segundo o coordenador, Natan de Oliveira, o programa é exclusivo para atender comunidades de assentamentos rurais, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, agricultores familiares e assentamentos.

Para selecionar os municípios, a equipe realizou mapeamento e verificou onde havia maior necessidade de água potável. De acordo com o projeto, o acesso à água de qualidade deverá ser através da implantação de sistemas de abastecimentos e viabilizado por meio de poços artesianos com distribuição coletiva, garantindo o consumo humano e utilização na produção agrícola e alimentar.

Conscientização

O coordenador enfatizou que a água potável é um dos recursos fundamentais que influenciam na saúde pública. "Hoje nós não fazemos um tratamento preventivo, nós já tratamos a doença. Quando o Estado disponibiliza água de qualidade à população, diminuem-se os gastos com saúde", ressaltou Natan.

Após a instalação dos sistemas, a comunidade passará por um trabalho técnico e socioambiental, que consiste na reeducação alimentar, uso consciente da água e orientação na mudança de hábitos. "A empresa contratada para estas ações irá trabalhar também, junto às comunidades, a gestão dos sistemas como, por exemplo, manutenção, custos de energias, entre outros. Tudo isso vai ser definido em parceria com os contemplados e prefeitura para garantir a durabilidade dos sistemas", explicou Natan.

Incêndios criminosos impedem regeneração florestal na Terra Indígena Marãiwatsédé (MT)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.01.2015

ISA – Instituto Socioambiental

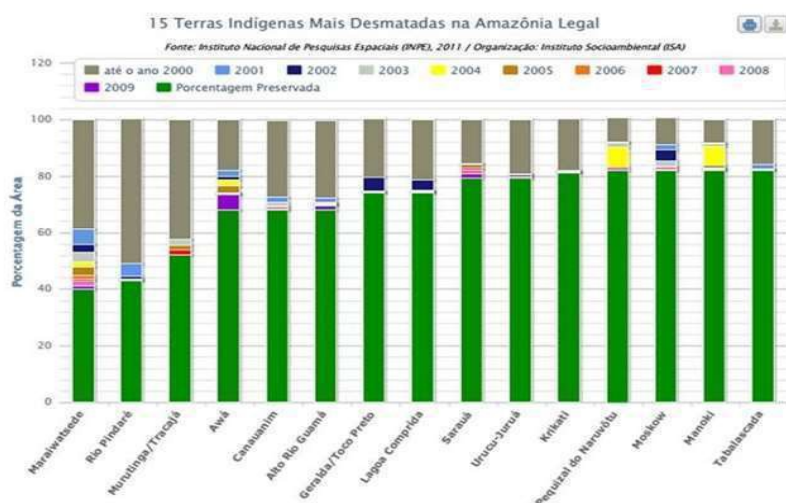


Troncos retorcidos indicam os incêndios que impedem a regeneração natural|Rafael Govari-ISA

Os Xavante da Terra Indígena (TI)

Marãiwatsédé, no leste mato-grossense, tentam manter as tradições que herdaram de seus antepassados, mas enfrentam desafios para conseguir os recursos da natureza para fazer suas casas, seu artesanato e para realizar seus rituais. A caça também está escassa e até água falta. Além disso, acredita-se que a água de alguns rios esteja contaminada com agrotóxicos.

Os desafios são enormes, talvez até maiores do que foi conseguir recuperar a posse da terra que era ocupada por seus antepassados. A desintrusão de não índios da TI Marãiwatsédé terminou em janeiro de 2013 (saiba mais sobre esse caso). E deixou como herança para os Xavante a TI mais desmatada da Amazônia Legal. Dos 165 mil hectares, localizados na região norte do Araguaia mato-grossense, mais de 104 mil hectares estavam desmatados na época da desintrusão. Os restantes 40% de floresta ficam longe da aldeia, estabelecida na área mais desmatada. (veja no gráfico abaixo o ranking do desmatamento de Tis).

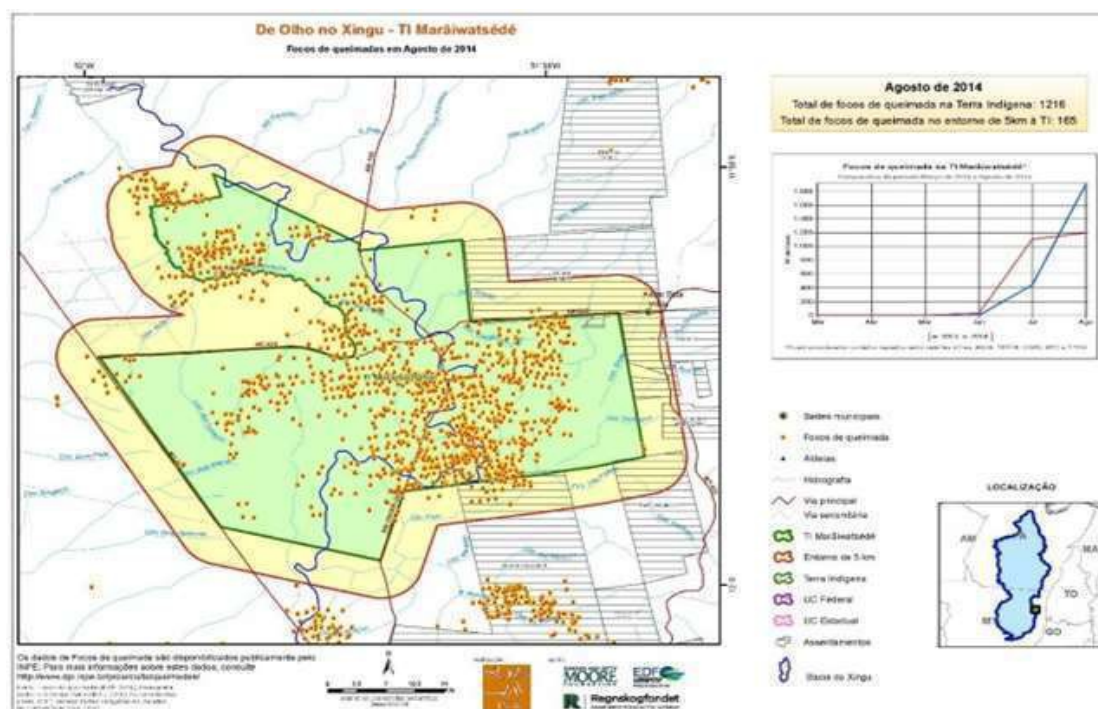


Situadas em Terras Indígenas demarcadas, as aldeias Xavante quase não mudam de local. Sem caça e coleta suficientes para alimentar a todos, os índios sobrevivem com as míseras cestas básicas do governo, que trouxeram com elas o sedentarismo e muitas doenças. Mesmo assim a comida não é suficiente e também falta assistência, médica principalmente.

CONT.



Para que a aldeia consiga o mínimo de suprimentos tradicionais, é necessária a recuperação dos mais de 100 mil hectares desmatados. Porém, a situação é crítica. "Desde 2013, houve mais devastação que regeneração", diz Diego Schmith Gino, da Opan. É isso mesmo que você leu. Depois da desintrusão, milhares de incêndios, além de impedir a regeneração, estão devastando o que resta de mato da Terra Indígena. Somente em agosto de 2014, no auge da seca, os satélites do Inpe detectaram 1.200 focos de queimadas dentro da Marãiwatsédé, conforme análise feita pelo ISA (Instituto Socioambiental).



O modo de vida dos Xavante

O pensamento difundido na sociedade de que existe pouca terra para muito índio nasceu devido a desinformação sobre a cultura indígena e com base em uma visão que prioriza o uso da terra para a produção agropecuária e o lucro econômico. Os Xavante utilizam a terra para extrair o alimento que consomem, não para produzir e vender.

De acordo com a indigenista da organização Operação Amazônia Nativa (Opan), Maria Nahssen, que trabalha com os Xavante, esse é um povo tradicionalmente seminômade. "É um povo caçador e coletor", explica. Antes da colonização da região Xingu/Araguaia, os Xavante ocupavam uma área muito maior. As aldeias eram transferidas de local de tempos em tempos.

Dentro da organização social dos Xavante, os homens são responsáveis pela caça e proteção,

CONT.



pela manutenção dos rituais e cerimônias religiosas; as mulheres pelos afazeres familiares, coleta e plantio. Trabalhos bem definidos e uma rotina guiada pelas estações do ano e sustentada pelo que a natureza oferecia. Neste ritmo eles viviam, mudando de lugar, caçando e coletando.

As roças xavante são compostas por espécies que se mantêm no sistema florestal por longo prazo. Baseada em um manejo prolongado e agroflorestal, os Xavante são também agricultores, pois parte das espécies coletadas, como cará, inhames e batata doce, são domesticadas para a coleta.

Buscar alternativas eficazes e viáveis para a recuperação da Terra Indígena mais desmatada da Amazônia Legal é um desafio. E deverá acontecer por meio da regeneração natural com auxílio das técnicas existentes, como o plantio mecanizado de sementes florestais. Mas o fogo tem impedido a regeneração natural, a alternativa mais barata. "Se der uma cessada nas queimadas, a gente acredita que em poucos anos a floresta estará grande novamente", diz Diego.

Os Xavante culturalmente põem fogo na mata para fazer roça e caçar. Mas é um incêndio controlado e se for praticado de tempos em tempos, alguns estudos indicam ser benéfico para o equilíbrio do Cerrado. Porém a quantidade e a constância dos focos na TI em processo de regeneração e fragilizada, traz um desequilíbrio que está matando o que sobrou da vegetação.

Para 2015, existe a expectativa de os Xavante ocuparem mais o território. Por enquanto, eles estão em apenas uma aldeia, que fica localizada em um extremo da TI, mas a dinâmica cultural Xavante possibilita que as aldeias se fragmentem à medida que elas incham. No caso de Marãiwatsédé, a aldeia permaneceu unida por causa do perigo dos invasores.

Com a ocupação, poderá haver maior controle do território com a diminuição das invasões e dos incêndios criminosos. Diminuindo os incêndios, enfim, a floresta pode se regenerar e oferecer uma perspectiva de vida diferente para as futuras gerações. Depois de conquistara terra, a luta dos Xavante continua.

Coleta de sementes é alternativa viável

Sem recursos naturais suficientes e com ajuda mínima do governo, os Xavante estão buscando alternativas de renda para suprir suas necessidades mais básicas. Só que isso precisa ser feito com respeito à sua cultura. Uma dessas alternativas foi a criação, em 2011, de um grupo de coletoras de sementes, que hoje totaliza 35 mulheres. Em 2014, a coleta rendeu apenas R\$ 5.895,23. Parece pouco, mas foi mais que o dobro que o arrecadado em 2013, de R\$ 2.273,54, tornando-se uma importante fonte de renda para as famílias.

A indigenista Maria Nahssen explica que a coleta só não é maior por conta da devastação, e também por falta de transporte. "As áreas de floresta ficam longe da aldeia e eles não possuem locomoção para fazer esse deslocamento". Para o ano que vem está sendo planejada

CONT.



a realização de expedições para a coleta de sementes.

As sementes são entregues para a Associação Rede de Sementes do Xingu, com sede em Canarana/MT, que tem hoje 421 coletores associados espalhados pela região Xingu/Araguaia e que comercializou neste ano mais de 26 toneladas de sementes florestais para a recuperação de áreas degradadas em todo o Brasil.

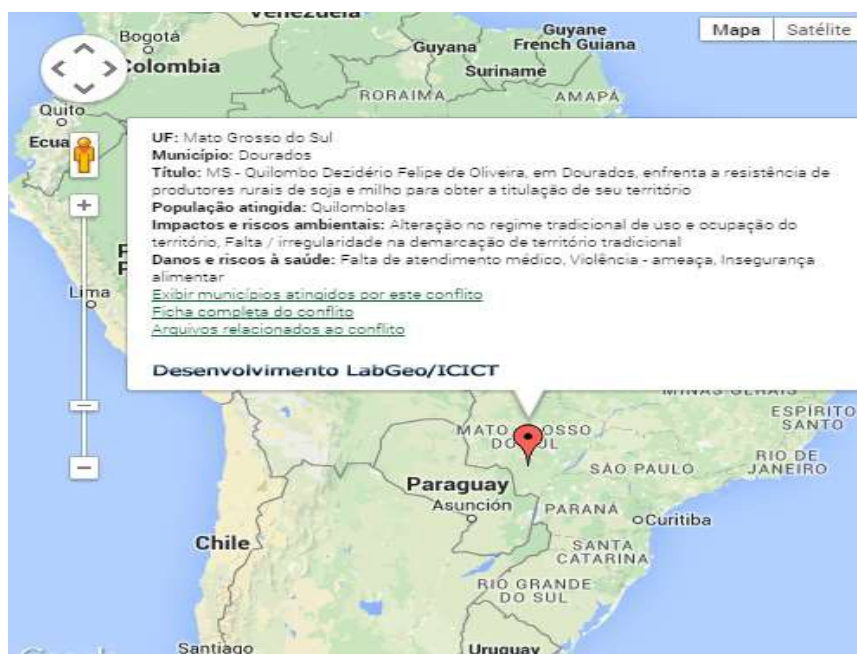
Para o ano que vem, utilizando recursos do FAM (Fundo Amazônia), estão previstas a construção de um viveiro de mudas e de uma casa de sementes na aldeia, além da aquisição de kits de beneficiamento de sementes. Capacitações para melhorar a eficiência também estão sendo programadas.

De acordo com suas possibilidades, os Xavante já recuperaram um hectare de área degradada com o plantio de sementes a lanço. Até o final do ano estava previsto o plantio de mais três hectares. Com a coleta de sementes, os quintais das casas também estão cheios de árvores, principalmente frutas.



Um belo fecho de ano para o Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. Ele é parte do processo de reconhecimento do 'Quilombo Dezidério'
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 07.01.2015

Por Tania Pacheco, Combate Racismo Ambiental



Encerrar o ano noticiando o reconhecimento de duas comunidades Quilombolas é muito bom. Mas ler na notícia que o Mapa de Conflitos foi usado no processo é melhor ainda, pois ratifica mais uma vez a importância desse instrumento de luta que é fundamental cada vez mais gente venha a utilizar.

Na matéria que escreveu a respeito para a Agência Brasil e que postamos nas redes sociais no dia 31 de dezembro, Helena Martins cita:

“Segundo o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em parceria com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), 36 famílias descendentes de Dezidério Felipe de Oliveira, que viveu na região antes da abolição da escravidão e mudou-se para o distrito de Picadinha em 1905, reivindicavam 3.738 hectares.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/2015

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

A origem da comunidade, contudo, era questionada pelos produtores rurais, o que gerou conflitos. Nos últimos anos, os quilombolas lutaram tanto pelo reconhecimento da história quanto por políticas públicas para a saúde, educação, produção de alimentos e geração de renda, uma vez que enfrentavam dificuldades para o sustento da comunidade”.

Parabéns à Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira, no Mato Grosso do Sul, e à de Cambará, no Rio Grande do Sul. E viva a equipe querida que pesquisa novos conflitos para o Mapa, o atualiza e o mantém no ar. Sawe para tod@s nós!

— — —
Em tempo: para quem tiver interesse, a ficha referente ao Quilombo Dezidério está em <http://goo.gl/CbNbeb>



Aldeia que disputa comando tem a terceira morte em menos de 30 dias em MS

SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 07.01.2015

Disputa por liderança pode ter provocado, em menos de 30 dias, três mortes de índios Kadiwéu na aldeia Alves de Barros, na região de Porto Murtinho, distante 431 quilômetros de Campo Grande. A mais recente foi o assassinato de Jociel Farias, morto com um tiro na cabeça por volta das 7h da manhã do dia 1º. Ele chegou a ser socorrido, mas morreu no hospital da região. De acordo com o boletim de ocorrência, o acusado de ter cometido o crime é Jamelio Dias.

No dia 11 de dezembro, o cacique Ademir Matchua, 42 anos, foi atingido a tiros por opositores políticos. No mesmo dia, o indígena Orácio Ferraz, 26 anos, foi morto por vingança. Os dois chegaram a ser socorridos, mas morreram a caminho do hospital.

Os parentes do ex-cacique acreditam que as duas primeiras mortes foram provocadas por dois servidores da Funai. Segundo o sobrinho de Ademir, Lourival Matchua, os funcionários promoviam reuniões para escolher lideranças sem o consentimento dos moradores da aldeia, gerando clima de rivalidade.

De acordo com o Lourival, os dois servidores apontados pela família como culpados pelas mortes não estão mais trabalhando no CTL (Coordenação Técnica Local) da Funai em Bonito.

Os registros dos três homicídios foram feitos na Delegacia de Polícia Civil de Bodoquena e seriam repassado para Porto Murtinho, cidade onde fica a aldeia, no entanto, o delegado Rodrigo Zanotta informou que o caso será investigado pela Polícia Federal de Campo Grande.

No dia 18 de dezembro, amigos e parentes de indígenas kadiwéu assassinados no dia 11 do mesmo mês, se reuniram na sede da Funai (Fundação Nacional do Índio) em Campo Grande. Eles protocolaram pedido para que o órgão investigue o caso, junto ao MPF (Ministério Público Federal).

Campo Grande News